

PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL

2024



Antônio Carlos

EQUIPE ORGANIZADORA DO PPI DA APAE DE ANTÔNIO CARLOS

Direção Técnica: Fabrícia Andreza Amorim Hoffmann
Coordenação Pedagógica: Adriana Lohn e Scheila Suely Itso.

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	5
3. INTRODUÇÃO	7
4. MISSÃO DA INSTITUIÇÃO	8
5. HISTÓRICO	10
8. RELAÇÃO INSTITUTO E MANTENEDORA	17
9.RELAÇÃO INSTITUTO APAE E COMUNIDADE	17
10. O INSTITUTO QUE TEMOS	18
11. O INSTITUTO QUE QUEREMOS	18
13. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
15. SERVIÇO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E ENCAMINHAMENTO	23
ELEGIBILIDADE	25
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	25
EQUIPE DE TRABALHO.....	26
17. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)- DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	28
ELEGIBILIDADE	29
PLANEJAMENTO	30
INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR.....	31
PARADA PEDAGÓGICA	31
ENCAMINHAMENTO	32
AFASTAMENTO.....	32
DESLIGAMENTO	32
OBJETIVO GERAL	33
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	33
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	34
EQUIPE DE TRABALHO.....	36
AVALIAÇÃO PROCESSUAL.....	37
INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR	37
PARADA PEDAGÓGICA	37
ENCAMINHAMENTO	38
AFASTAMENTO.....	38
19. SERVIÇO PEDAGÓGICO ESPECÍFICO (SPE)	39
EQUIPE DE TRABALHO.....	40
OBJETIVO GERAL	43
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	44

EQUIPE DE TRABALHO.....	44
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	45
PLANEJAMENTO:	46
AVALIAÇÃO PROCESSUAL.....	47
INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR	47
DESLIGAMENTO	48
21. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	49
DEFINIÇÃO	49
OBJETIVO GERAL	50
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	51
ELEGIBILIDADE	51
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	57
ELEGIBILIDADE	58
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	58
EQUIPE DE TRABALHO.....	59
PLANEJAMENTO	60
AVALIAÇÃO PROCESSUAL.....	61
INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR	61
PARADA PEDAGÓGICA	61
ENCAMINHAMENTO	62
AFASTAMENTO	62
22. AUTOGESTÃO E AUTODEFENSORIA	63
22.1 COMPREENDENDO A AUTOGESTÃO/AUTODEFESA	63
22.2 AUTODEFENSORIA	64
22.3 FORMANDO PESSOAS PARA A AUTODEFESA	65
22.4 CONCEITO DE AUTODEFESA	68
CALENDÁRIO INSTITUCIONAL	69
FREQUÊNCIA	70
24. RELAÇÃO COM A COMUNIDADE.....	70
27. ESTRUTURAS ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA.....	72
28. EQUIPE ADMINISTRATIVA	73
30. ESTRUTURA FÍSICA.....	73

PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL DA APAE ANTÔNIO CARLOS

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Institucional da Escola Especial “Viver Bem” é o primeiro documento construído após o início das atividades com os educandos. Ele representa a concretização de estudos e práticas exercidas pela equipe de profissionais e tem por objetivo expressar os resultados das reflexões, interações com educandos e estudos coletivos de uma equipe comprometida e consciente do processo educacional de uma instituição de educação especial.

O presente documento é uma obra coletiva formada pelo engajamento dos profissionais da APAE, que entendem o movimento da comunidade institucional como aporte para os educandos com deficiência e suas famílias. A partir desse auxílio, os atendimentos trarão autonomia e comprometimento, afirmando sua identidade junto à comunidade.

O Projeto Político Institucional foi construído em consonância com a LDB Lei de diretrizes e Base e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (LDBII) N°13146, de 6 de julho de 2015, e as realidades encontradas em cada pessoa atendida, que devido suas especificidades concretiza um atendimento baseado na afetividade, aprendizado e melhoria da qualidade de vida tendo como princípio a promoção da inclusão social da pessoa com deficiência.

Esta proposta mostra o início dos caminhos que devemos percorrer para garantir a independência, a autorrealização, autonomia, autoestima, felicidade e o pleno desenvolvimento das potencialidades da pessoa com deficiência intelectual e múltiplas, com isso garantir sua participação, na família, na comunidade e no mercado de trabalho, tendo como propósito a inclusão social dos educandos.

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1 DADOS DO INSTITUTO

Nome	Instituto de Educação Especial Escola Viver Bem
Endereço	Rua São Francisco, 747, Centro de Antônio Carlos- SC CEP: 88181-040
Telefone	(048) 3272-0715
Turno de Funcionamento	07:30 às 11:30 13:00 às 17:00 Segunda-Feira à Sexta-Feira
Serviços Ofertados	Intervenção Precoce Atendimento Educacional Especializado (AEE DI e AEE TEA) Serviço de Atendimento Específico (SAE) Programa de Educação Profissional (PROEP) Serviço de Vivências Laborais (SEVIL) Serviço de Convivência (SEVI) Serviço Pedagógico Específico (SPE) Avaliação Diagnóstica

3. INTRODUÇÃO

O presente documento representa o trabalho de uma equipe engajada e que luta pela inclusão das pessoas com deficiência. Tendo como base um trabalho colaborativo, inclusivo, criativo e pautado no respeito às particularidades de cada um, sempre fazendo reflexões das práticas, assim visando um atendimento de qualidade, o desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras e suas potencialidades.

Neste contexto, para que a equipe promova a aprendizagem de seus educandos, a instituição precisa dar suporte e organizar o trabalho direcionando suas ações que contemplem os educandos, os familiares, a equipe docente, administrativa e diretoria mantenedora, com a finalidade de construir um trabalho sólido, coeso e próspero para os atuais e futuros educandos, além da comunidade onde a APAE está inserida.

Iniciamos nosso Projeto Político Institucional contando a História da nossa instituição com base em dados, documentos e relatos da idealizadora do projeto APAE de Antônio Carlos. Descrevemos os marcos principais desses 10 anos de luta, marcados pela criação da associação ao ingresso dos educandos na estrutura física de nossa instituição. São páginas que revelam a trajetória árdua e o trabalho ajustado, que devem servir de inspiração, conscientização, valorização e orgulho para as futuras diretorias da associação, assim como para a equipe de gestão, profissionais, comunidade e educandos atendidos.

Na sequência descrevemos um pouco do que chamamos de Movimento Apaeano. Esse representa a luta e os ideais das APAEs para manterem seu foco na preservação e ampliação dos direitos das pessoas com deficiência. Logo após seguimos com os dados da mantenedora e da instituição, além da missão, visão e os objetivos traçados para proporcionar ações que promovam a autonomia da pessoa com deficiência intelectual, múltipla ou transtorno do espectro autista (TEA) estimulando a socialização, mobilidade

e aprendizagens que favoreçam a educação, a saúde, o trabalho, a assistência social e o bem estar individual e coletivo dos educandos e seus familiares.

Seguimos embasados em nosso objetivo, os princípios norteadores que acreditamos fazer a diferença no que diz respeito ao atendimento baseado em aquisição de conhecimento e desenvolvimento das habilidades, descrevendo a instituição que temos e a que queremos, estimulados pelas dificuldades e discriminação apresentadas por nossos educandos, que são os desafios diários que encontramos em busca da inclusão social dos mesmos.

Diante do exposto, precisamos destacar alguns pontos: o trabalho pedagógico, devido ao cunho educativo de nossa instituição; a equipe técnica que avalia, reabilita, estimula e orienta os familiares de forma clínico-terapêutica; e o trabalho administrativo, que organiza e fornece todo o suporte para a execução da prática pedagógica, da documentação, da alimentação, dos direitos e deveres para manutenção dos educandos e dos colaboradores que compõem nossa APAE.

Para finalizar, em nosso PPI tratamos das importantes parcerias, que são os convênios e as ações que a diretoria da APAE e a Direção da instituição fizeram e fazem na busca por atender os objetivos traçados e a qualidade no atendimento aos nossos educandos. Salientando que o compromisso educacional e social com os educandos focaliza a organização do currículo, o processo de avaliação, a participação da família e da comunidade como consolidação do exercício democrático da participação interna e externa da instituição, calçada nas interdependências das ações e responsabilidades.

4. MISSÃO DA INSTITUIÇÃO

A APAE do município de Antônio Carlos tem como missão promover e articular ações em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, acompanhando e atuando na orientação, dando apoio à família na prestação de serviços direcionados à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e na construção de uma sociedade justa, solidária e igualitária. As ações e atuações da instituição abrangem três esferas de atuação:

1 - Defesa de direitos, desde a concepção até a velhice;

2 - Atendimento de qualidade;

3 - Apoio à família.

A concretização de uma proposta de atuação tão ampla envolve como educandos da APAE, não só as pessoas com deficiências em todas as fases de sua vida, mas também os indivíduos e instituições que participam desta causa, destacando-se os Familiares e Amigos de pessoas com deficiência; Profissionais das diferentes áreas envolvidas no trabalho da APAE; Voluntários; Órgãos Públicos; Escolas; Fornecedores/Parceiros e a Comunidade em geral que contribui para esse projeto.

A Constituição Federal estabelece que a educação é direito social de todo brasileiro, sendo garantida pelo Estado, bem como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O Artigo 203, inciso III reforça esse direito quando se aborda a promoção da integração ao mercado de trabalho. Além disso, no inciso IV destaca-se, dentre os objetivos da assistência social, a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

No Artigo 206, encontramos os princípios que regem o ensino brasileiro, tendo como premissa: “A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais prevista no inciso IV. Em seu artigo 208, o inciso III relaciona os deveres do Estado com a educação, garantindo o atendimento especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil. [Constituição (1988 s/p)]).

O artigo 54, em seu inciso III da Lei nº 8069 de 1990, estabelece a responsabilidade do Estado em assegurar “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” – O artigo 66 garante que ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido (Brasil, 1990 s.p).

A Educação Especial também se apoia na lei nº 7853/89 que estabelece normas gerais para o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência e sua ativa integração social.

No entanto, é importante ter certeza de que, com maior ou menor envolvimento por parte dos diferentes segmentos participantes desse processo, não são os dispositivos legais que definem, por si só, o projeto institucional mas a forma como essa legislação é operacionalizada na realidade institucional.

5. HISTÓRICO

Nossa história iniciou em 1999 com o nascimento de Eloiza Pauli, nossa educanda, filha de Alécio Pauli e Ledir Aparecida Besen Pauli, que com sete meses de vida foi diagnosticada com Paralisia Cerebral e teve o comprometimento total de sua capacidade física e motora, levando sua mãe a procurar recursos médicos e institucionais para melhorar a qualidade de vida de sua filha.

Após o diagnóstico que abalou a família, a mãe Ledir, não mediu esforços para melhorar a qualidade de vida de Eloiza. Ledir percorreu várias instituições, dentre elas a Centro Catarinense de Reabilitação CCR, Fundação Catarinense de Educação Especial FCEE, entre outros atendimentos particulares com neurologistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, eco terapeutas, terapeutas ocupacionais e visuais. Enfim, um leque de profissionais imensuráveis.

Então em 2003, Eloiza Pauli, já com 4 anos de idade, foi encaminhada pela FCEE para frequentar e continuar seu tratamento na APAE do município vizinho, em Biguaçu. A partir desse momento começou a luta da Sra. Ledir em conscientizar outras famílias do município de Antônio Carlos, sobre a importância da instituição APAE na melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Por quinze anos a Sra. Ledir manifestou constantemente sua vontade em construir uma instituição para atendimento no município, evitando assim o deslocamento das pessoas com deficiência por mais de vinte e cinco quilômetros de distância entre um município e outro. Foi então que o senhor Rony Alves de Ramos, vizinho da Sra. Ledir, que na época era assessor de imprensa do município, assistindo a luta incansável da mesma, na busca

por melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência e dos familiares, teve a percepção de que essa situação necessitava de atenção especial.

Tendo em vista a dificuldade de deslocamento e o tamanho do transtorno na vida dessas famílias, o Sr. Rony em conversa com o Sr. Fabio Luiz Egert (em memória), Secretário de Educação e Cultura da época, a necessidade de se ter uma APAE no município. A partir daí foram realizadas muitas reuniões na Prefeitura Municipal de Antônio Carlos com o Sr. Fábio e a sua equipe técnica, Lidiane Ventura Fraga, Inês Kuhn Guesser, Cristiane Dione Cunha, Zuleide Besen Ghidolin, a assistente social Silvana Pereira do Nascimento e a senhora Ledir, representando as pessoas com deficiência e seus familiares.

Após todos os trabalhos e discussões realizados pelo grupo citado acima e com a presença da Diretora da APAE de Biguaçu, a Sra. Ivone, decidiu-se fundar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Antônio Carlos – APAE, no dia 17 de setembro de 2009. Assim, aconteceu uma reunião onde foram eleitos os membros da diretoria. A Sra. Ledir foi eleita a presidente, a qual permaneceu neste cargo até o ano 2016. Neste período a diretoria, juntamente com a comunidade, começou a realizar eventos para arrecadar fundos para a instituição. A Sra. Ledir e o Sr. Fabio Egert procuraram o prefeito da cidade, o Senhor Geraldo Pauli (prefeito da época), para pedir ajuda. Ele prontamente colocou-se à disposição para conseguir o terreno para construção da sede.

A partir deste momento iniciou-se os eventos para a construção da nossa sede, foram oito anos de muito trabalho, parceria com empresários e toda comunidade antônio-carlense. Dessa forma, no dia 25 de novembro de 2018, realizamos a inauguração da APAE. Foi um dia de muita emoção e várias homenagens a todos os membros da diretoria, em especial a Sra. Ledir que tomou a palavra e proferiu agradecimentos a todos que fizeram doações e que trabalharam como voluntários para realizar os eventos em prol da APAE. Entre as homenagens, destacamos uma em especial, feita ao Senhor Fabio Luiz Egert (em memória) por ter sido o fundador da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Antônio Carlos – APAE. Ele nunca desistiu de acreditar na educação especial. Sem dúvidas um momento muito importante para a instituição, pois meses depois o mesmo faleceu.

No dia 25 de outubro de 2019, iniciou-se os atendimentos com os nossos queridos educandos, entretanto a luta continuava buscando recursos com a Prefeitura Municipal e

Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) a fim de manter a instituição em funcionamento. Dessa maneira, fomos superando aos poucos todas as dificuldades e sobretudo estamos sempre entusiasmados e confiantes na fala da Sra. Ledir, idealizadora do projeto APAE, que nos inspira a cada dia sustentando que “tudo tem o seu tempo e que juntos somos mais fortes”

6. CONCEPÇÃO FILOSÓFICO PEDAGÓGICA

O atendimento às pessoas com deficiência tem passado por profundas mudanças. Em âmbito mundial, novos paradigmas começam a ser delineados na década de 90, com vistas à garantia de direitos, respeito à diversidade e cidadania das pessoas com deficiência, culminando com movimentos sociais para a inclusão.

Neste contexto, o Instituto de Educação Especial Escola Viver Bem, através de um processo multidisciplinar e interdisciplinar, visa à prevenção, o ensino e a reabilitação da pessoa com deficiência, mediante a utilização de recursos pedagógicos e tecnológicos específicos, perspectivando sua inclusão social.

O Instituto tem cotidianamente repensado sua prática pedagógica e optou em fundamentar suas ações na concepção Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural, proposta por Feuerstein.

A partir destes pressupostos, a instituição busca qualificar o atendimento pedagógico, possibilitando o acesso a teorias que oportunizem uma maior possibilidade de evolução, identificando os apoios necessários e as estratégias adequadas.

A Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural, proposta por Feuerstein, é um programa de desenvolvimento do potencial de aprendizagem baseado na Experiência de Aprendizagem Mediada - (EAM), que por sua vez é fundamentada nas ideias de plasticidade cerebral, interação social e privação cultural. O psicólogo acredita que existem duas modalidades de aprendizagem: uma abordagem direta e uma mediada. A primeira, baseada na fórmula de Piaget, significando que o organismo (O) interage diretamente

com o estímulo do mundo (S) a sua volta e dá resposta (R) – S.O.R, o que gera uma aprendizagem incidental, o que segundo o pesquisador é insuficiente para assegurar a ocorrência de uma aprendizagem efetiva. Assim, ele desenvolve a fórmula de Piaget, criando a nova fórmula da aprendizagem mediada: S.H.O.H.R, onde o S é o estímulo; o H é o mediador humano; O se refere ao organismo e R a reação.

Nesse tipo de interação a aprendizagem é intencional, com a atuação dos educadores formais, alicerçados nos conceitos da plasticidade cerebral, da modificabilidade cognitiva e na mediação pedagógica.

A questão central desta teoria de Feuerstein é a modificabilidade, como condição fundamental à adaptação, sendo esta última entendida como possibilidade de respostas que não continham simples reação à ação de um estímulo do meio, mas elaboração mental permeada por determinadas significações.

A relação do homem com o mundo é mediada por signos culturais, esses são construídos pela humanidade na sociedade, através de experiências de aprendizagem mediada, voltadas para a produção de significados, efetivando o desenvolvimento humano rumo à modificabilidade.

Ron (2011) afirma que a mediação é um trabalho complexo, fundamentado na reflexão e no planejamento e, ao planejar sua mediação, o docente deve levar em conta que tem um papel de parceiro na aprendizagem; é uma testemunha privilegiada do embate entre o mediado e o ambiente; é um observador do comportamento do mediador, avaliando-o e favorecendo seu progresso, sua melhoria no pensar; instaura uma relação de ajuda e não de sancionamento, de coerção; tem uma tarefa essencial de organizar o contexto, imaginando e propondo situações-problema adequadas; deve colocar-se no lugar do outro, perceber sua lógica e suas intenções.

O mediador é responsável pela transmissão cultural, onde esta é entendida como um processo grupal no qual são mediados significados históricos e o presente representa uma possibilidade de ressignificação da história, da humanidade em sua totalidade e do homem em particular.

Para Feuerstein, o professor mediador deve enxergar além da transmissão de conhecimentos. Seu foco está nos processos acionados pelo pensamento dos educandos ao tratarem os conteúdos, os quais são meios para o desenvolvimento cognitivo e não como fins em si mesmos.

Ron (2011) enfatiza que para uma mediação de qualidade, devemos considerar diversos critérios propostos por Feuerstein, sendo assim, é preciso que o mediador seja capaz de: estabelecer o nível inicial de funcionamento do mediado, observando e coletando informações; identificar, tratar e ou encaminhar para tratamento deficiências psicomotoras; ajudar o mediado a tomar consciência e verbalizar processos mentais; ajudar o mediado a adquirir estratégias cognitivas eficazes; identificar fatores afetivo-emocionais que possam prejudicar a aprendizagem; identificar habilidades sociais deficientes; identificar funções cognitivas deficientes; elaborar tarefas desafiadoras; apresentar tarefas de modo motivante; preparar tarefas alternativas; privilegiar tarefas que conduzam à transcendência; atribuir significado às tarefas; disponibilizar recursos diferenciados; encorajar a aprendizagem coletiva; aplicar tarefas individualmente adaptadas; criar situações de desequilíbrio; transmitir ao mediado uma crença sincera na sua modificabilidade; selecionar estímulos; relacionar as tarefas atuais com as antigas; relacionar as tarefas atuais com situações futuras; regular a intensidade e a frequência da mediação; estabelecer relações entre os conteúdos formativos de várias unidades curriculares (interdisciplinaridade); regular e adaptar respostas e reações do mediado a várias situações de aprendizagem; monitorar a interação, controlando a reciprocidade do mediado, a intensidade da mediação, a adequação do ambiente e a efetividade dos estímulos.

7. O PEDAGOGO MEDIADOR

Um pedagogo mediador como um dos integrantes de uma equipe pedagógica institucional, dentre outros aspectos, contempla os critérios mediacionais preconizados por Feuerstein. Assim: empenha-se em mobilizar a equipe pedagógica, e a si próprio, para a construção de uma relação de

cooperação mútua. Sua intervenção volta a ser legítima quando seus objetivos são compartilhados com a instituição em sua totalidade e, de forma mais acentuada, com a equipe pedagógica em que se insere. As tarefas assumidas, através de processos interativos pela equipe pedagógica e equipe multidisciplinar, a partir de uma perspectiva de cooperação mútua, devem despertar em ambos um maior vínculo e sentimento de pertença com os desafios e metas da instituição.

Auxilia a equipe pedagógica a ter um olhar acurado e detalhado sobre os fatores que incidem ou que influenciam na promoção, ou para o surgimento das dificuldades de aprendizagem dos educandos, fazendo uma análise crítica, principalmente, das modalidades e metodologias de ensino adotadas pelos professores no processo de ensino-aprendizagem. Recorre aos seus conhecimentos teórico-metodológicos utilizando-os de forma científica e rigorosa, aproveitando adequadamente as informações por eles proporcionadas.

Procura mobilizar a equipe no sentido de "provocar" a revisão e a superação de possíveis compreensões superficiais ou estereotipadas da realidade institucional.

Vislumbra a promoção de situações de aprendizagem que valorizam a interação social no espaço institucional, enquanto tempos e espaços de aprendizagem significativos, inclusive para o próprio professor rever suas concepções e posturas.

Auxilia o professor na seleção, organização e planejamento de situações de aprendizagem que sejam significativas e que contribuam para a interlocução, partilha de experiências e conhecimentos, respeitando os diferentes estilos e condições de aprendizagem de cada sujeito.

Contribui para a ressignificação da relação entre teoria e prática e à proposição de espaços e tempos para a formação continuada do professor, desenvolvendo em parceria com a equipe, projetos relacionados às temáticas do ensino e da aprendizagem, dentre outras.

Acredita e alimenta a crença em si e entre os profissionais que atuam no contexto institucional na capacidade de modificabilidade e adaptabilidade que o ser humano possui.

Valoriza a instituição e a considera um meio privilegiado de construção de saberes. Visualiza os processos de interação humana como experiência privilegiada de ampliação do conhecimento e de construção de significados.

Procura manter um olhar contextualizado sobre os fenômenos que ocorrem na instituição e busca pensar a partir de um olhar estratégico. Isto é, auxilia a equipe pedagógica a analisar fortalezas e fraquezas, oportunidades e ameaças, visualizar metas, estabelecer indicadores, elaborar projetos a curto, médio e longo prazo. Além disso, executa as ações que são de sua competência e as avalia de acordo com seus objetivos.

Empenha-se na comunicação interpessoal para interagir mais positiva e eficazmente com os outros, substituindo desconfiança e incomunicabilidade por maior disponibilidade, empatia e escuta. Nesse sentido, desenvolve a habilidade de dar e receber a devolutiva.

Tem boa capacidade de resiliência. Compreende a experiência subjetiva dos membros da equipe, colocando-se em seus planos, olhando as coisas do seu ponto de vista. Exercita a tolerância, através de uma atitude de respeito aos processos, evitando impor ou propor questões desnecessárias ou descontextualizadas.

Mantém-se atualizado acerca das discussões sobre a educação especial, os processos de ensino-aprendizagem (currículo, metodologias de ensino, sistema de avaliação, etc.), o uso de novas tecnologias, através de leituras, participação em cursos, seminários, congressos, etc.

Feitas estas considerações, sobressai que o trabalho pedagógico no contexto institucional necessita de ser pensado, entendendo a instituição de ensino dentro de um projeto social mais amplo, pois os processos de desenvolvimento e aprendizagem dinamizam-se no mundo social e cultural onde o ser humano está inserido. As mediações, sejam elas simbólicas ou

humanas, são elementos primordiais para tais processos. É evidente que o êxito do trabalho do pedagogo não depende, exclusivamente, de suas intervenções, mas sim do grau de cumplicidade com a equipe multiprofissional e com a sua proposta de trabalho.

8. RELAÇÃO INSTITUTO E MANTENEDORA

O Instituto de Educação Especial Escola Viver Bem é mantido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, composta por uma diretoria que consta com: presidente, diretoria executiva, conselho administrativo, conselho fiscal, suplente, auto defensores, entre outros.

É um relacionamento aberto, onde o presidente da APAE e a equipe de colaboradores do instituto têm contato direto e cumprem seu papel fazendo com que a associação e o instituto estejam sempre comungando das ideias e necessidades.

9. RELAÇÃO INSTITUTO APAE E COMUNIDADE

A APAE de Antônio Carlos instrumentaliza a pessoa com deficiência para que possa adquirir novos conhecimentos, desenvolver-se no processo de aprendizagem, tornar-se autônomo ou com o máximo de condições para autogerir-se.

Enquanto modalidade escolar a educação é vista como um conjunto de recursos e serviços multidisciplinares que vem para apoiar, suplementar e garantir a educação formal das pessoas com deficiência, tal compreensão nos permite ser um instituto dinâmico, que valoriza e respeita a diversidade, primando pela participação da família e da comunidade como consolidação do exercício democrático.

O instituto preconiza firmar parceria com o sistema comum de ensino e o mercado de trabalho para garantir o processo de inclusão acadêmica e no mundo do trabalho a pessoa com deficiência intelectual, múltipla ou com transtorno do espectro autista (TEA).

Os educandos sem perspectiva de inclusão acadêmica ou no mundo do trabalho são assistidos pela instituição, visando a aquisição de habilidades manuais/artesanais,

realização de atividades da vida diária (AVD) e de atividades instrumentais de vida diária (AIVD), utilização de sistema de comunicação e de organização de trabalhos pedagógicos diversificados que por sua vez possam garantir e melhorar a sua qualidade de vida.

Parcerias com a comunidade também fazem parte desse trabalho uma vez que buscamos oferecer atividades lúdicas de lazer, esportivas, passeio e demais vivências além do espaço institucionalizado.

10. O INSTITUTO QUE TEMOS

Atualmente a APAE de Antônio Carlos mantém o trabalho focado nas áreas da saúde, educação especial e assistência social para aproximadamente 140 pessoas com deficiência intelectual, múltiplas ou transtorno do espectro autista e suas famílias.

Todos os serviços oferecidos possuem critérios de atendimento de acordo com o atual contexto das políticas da educação, assistência social e saúde e da própria estrutura organizacional da instituição.

11. O INSTITUTO QUE QUEREMOS

A instituição de Educação Especial “Viver Bem” tem como perspectiva um atendimento de qualidade, estimulando as habilidades, criatividade e autoestima para a inserção do educando na sociedade e no mundo do trabalho, com base nos princípios normativos vigentes da Educação Nacional. É o esforço permanente da busca de uma educação mais igualitária e justa a todos, independentemente de suas condições psicossociais. Tendo como princípio a Educação Especial, enquanto uma das modalidades da Educação Básica organiza-se, de modo a buscar a inclusão social dos seus educandos. A realidade apresenta um cenário diferenciado das possibilidades, principalmente se tratando da educação baseada em criar uma forma de perceber nas relações entre diversidade, diferença e deficiência, rompendo com preconceitos e mecanismos de exclusão e de segregação social.

A educação desempenha um papel relevante neste processo, ao quebrar barreiras e estigmas consolidados em relação a grupos marginalizados ou esquecidos socialmente. Ao promover, sempre que possível, a aprendizagem conjunta de todos os educandos, independentemente de sua idade, sexo, deficiência, dificuldade, nós enquanto APAE estaremos atuando em defesa do ser humano.

Neste cenário, queremos trabalhar com respeito ao indivíduo e sua família, apropriando-se do perfil que o educando apresenta ou consegue externar, a partir disto que o grupo de profissionais, criam estratégias para melhor atendê-lo. Após esta sondagem, tendo identificadas e respeitadas as limitações, potencialidades e habilidades, a equipe multidisciplinar, mobiliza todos os seus segmentos com o intuito de proporcionar um planejamento adequado a cada indivíduo.

Juntos nós queremos:

Acreditar, almejar, amar, apontar, aprender, buscar, cooperar, compartilhar, complementar, comunicar, confiar, contribuir, criar, discutir, estruturar, experienciar, experimentar, imaginar, incluir, informar, inteirar, qualificar, mediar, melhorar, modificar, motivar, organizar, participar, perseverar, produzir, optar, realizar, reinventar, renovar, repensar, respeitar, socializar, surpreender, trocar, unir e valorizar.

12. OBJETIVO GERAL

Proporcionar ações educativas que promovam a autonomia e o empoderamento da pessoa com deficiência intelectual, múltiplas e transtorno do espectro autista através de estímulos à socialização, a mobilidade e aprendizagens que favoreçam a educação, a saúde, o trabalho, a assistência social e o bem-estar individual e coletivo dos educandos e seus familiares.

13. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A APAE, têm os seguintes objetivos:

- Oferecer à pessoa com deficiência, condições adequadas para o desenvolvimento de seu potencial, proporcionando sua inclusão no meio social. **(Bem Estar)**
- Envolver a família no processo educativo, prestando-lhe apoio e orientação em relação aos atendimentos e procedimentos oferecidos pela instituição necessários para o desenvolvimento do educando. **(Bem Estar)**
- Favorecer, promover e orientar o processo de inclusão na escola regular dos educandos atendidos com deficiência intelectual e/ou múltiplas e transtorno do espectro autista (TEA). **(Educação/ Assistência social)**
- Desenvolver programas e projetos nas áreas de educação física, arte, música, teatro, dança, informática e cultura geral, favorecendo o desenvolvimento humanizado e de sociabilidade da pessoa com deficiência intelectual ou múltiplas e transtorno do espectro autista (TEA) aos serviços e espaços comunitários. **(Educação/ Bem estar)**
- Viabilizar e articular com instituições, órgãos e serviços dos municípios que propiciem ações que facilitem o cotidiano da pessoa com deficiência. **(Assistência Social)**
- Firmar parcerias com instituições públicas nas esferas Nacional, Estadual e Municipal para ampliar as áreas de atendimento, a fim de dar qualidade e eficácia aos serviços prestados junto aos educandos e familiares. **(Assistência Social)**
- Estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços e dos profissionais da Instituição APAE, com a observância de padrões de ética, respeito e bem-estar individual e coletivo. **(Educação)**
- Proporcionar ações que estimulem a construção da autoestima e da imagem positiva dos educandos com deficiência, com o intuito de incentivar o amor-próprio, o cuidado de si e do próximo, a curiosidade, a cooperação, o respeito mútuo, a responsabilidade, a autonomia e a alegria de aprender. **(Educação e Bem-estar)**
- Oferecer programas educacionais direcionados a profissionalização de acordo com os interesses e necessidades dos educandos, a fim de

abranger os aspectos que favoreçam o desenvolvimento profissional, com a finalidade de inserção, interação e permanência no mercado de trabalho autônomo ou institucionalizado. **(Trabalho)**

- Propiciar momentos de orientação familiar e comunitária, de modo a gerar um ambiente adequado à pessoa com deficiência, junto à família e no contexto em que está inserida, de maneira a desenvolver ao máximo suas potencialidades. **(Assistência Social e Trabalho)**
- Envolver o educando no processo ensino-aprendizagem como agente no processo de construção e condução do saber. **(Educação)**
- Proporcionar ao educando uma formação integral de acordo com suas potencialidades, como elemento de auto realização, preparação para o trabalho e a formação básica como cidadão, mediante o exercício efetivo dessa condição, numa perspectiva de aprender sempre. **(Trabalho)**
- Construir propostas de trabalhos que, de forma lúdica e direcionada, represente as datas comemorativas, ressaltando as habilidades motoras, sensoriais, intelectuais e sociais, através de projetos educativos. **(Educação)**
- Promover ações que valorizem o espaço educativo e seus profissionais, sensibilizando para o respeito aos mesmos e a instituição pelos serviços prestados individual e coletivamente. **(Assistência Social e Bem Estar)**
- Desenvolver ações que proporcionem aos educandos o conhecimento progressivo de seu corpo, dos cuidados com sua saúde individual, assim como suas limitações e seus potenciais. **(Saúde e Educação)**
- Orientar as famílias em relação ao percurso dos processos a serem realizados para garantir os direitos legais dos educandos com deficiência, para que instruídos e munidos de seus benefícios possam oferecer mais qualidade de vida a seus filhos. **(Assistência Social)**
- Fortalecer o corpo docente com conhecimento teórico e prático sobre as deficiências atendidas, por meio de estudos, cursos, palestras e seminários oferecidos por instituições reconhecidas,

garantindo assim a manutenção e ampliação da qualidade dos serviços prestados. **(Educação)**

- Realizar parcerias com instituições de saúde física, bucal e emocional para que haja atendimento e orientação aos educandos, familiares e profissionais que trabalham na instituição, como forma de agregar conhecimento e valorizar as ações internas realizadas pela instituição. **(Educação e Saúde)**

- Realizar atendimentos multiprofissionais que desenvolvem ações com abordagem interdisciplinares nos diferentes níveis de prevenção e reabilitação articulando aspectos educacionais e terapêuticos. **(Educação e Saúde)**

14. ESCOLHA DE VAGA

A escolha de vaga acontecerá pelas coordenadoras pedagógicas baseada no formulário onde cada professor identifique seu perfil pontuando as turmas que já prestou serviço e as que gostaria de exercer a função. Levando em consideração possíveis mudanças no decorrer do ano caso seja necessário.

14. CAESP – CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

Fundamentando-se nas políticas públicas voltadas ao atendimento à pessoa com deficiência, buscamos refletir e redimensionar a prática institucional. Para os atendimentos prestados além de seguir o PPI da instituição e auxiliar no processo de ensino aprendizagem utiliza-se embasamento teórico, seguindo as diretrizes especificadas no PPI.

Neste contexto, o Instituto Escola Viver Bem organiza-se a partir dos seguintes serviços de atendimento especializado:

AEE DI e AEE TEA: Atendimento Educacional Especializado para crianças e adolescentes com Deficiência Intelectual, Múltiplas e/ou com Transtorno do Espectro Autista.

IP ADNPM e IP TEA: Intervenção Precoce para criança com Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor e com suspeita e/ou diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista.

PROEP: Programa de Educação Profissional.

SEVIL: Serviço de Vivência Laboral.

SAE: Serviço de Atendimento Específico.

SPE: Serviço Pedagógico Específico.

SEVI: Serviço de Convivência.

Avaliação Diagnóstica.

15. SERVIÇO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA E ENCAMINHAMENTO

O processo de avaliação constitui-se nas seguintes etapas: triagem, avaliação, estudo de caso, devolutiva (orientação à família e encaminhamento).

TRIAGEM

Trata-se de uma anamnese que visa identificar se indivíduo apresenta indícios de Deficiência Intelectual, Múltiplas e/ou Transtorno do Espectro Autista, para realizar a avaliação diagnóstica ou encaminhar para outros serviços na comunidade.

AVALIAÇÃO

Nesta etapa a equipe multidisciplinar (psicologia, serviço social, pedagogia, fonoaudiologia, fisioterapia) avaliará o indivíduo levantando as necessidades e potencialidades e/ou as dificuldades no momento identificado.

15.3 ESTUDO DE CASO

Momento em que os profissionais que avaliaram o indivíduo apresentam suas impressões sobre o caso, discutindo e trocando informações sobre diferentes aspectos e especificidades, com o objetivo de definir a elegibilidade (ou não) para frequentar a

instituição e os encaminhamentos necessários para que este indivíduo evolua nas suas áreas defasadas.

DEVOLUTIVA

A entrega do documento com a impressão diagnóstica, seguida por orientação à família sobre os encaminhamentos sugeridos pela equipe multidisciplinar.

ELEGIBILIDADE

Atenderá pessoas a partir do nascimento até 17 anos 11 meses e 29 dias com suspeita de:

- Deficiência Intelectual;
- Deficiência Múltipla;
- Transtorno de Espectro Autista;

PROTOCOLO DE ATENDIMENTO

O serviço de avaliação fará o repasse de informações coletadas no processo avaliativo para a equipe mínima de atendimento (Coordenação Pedagógica, Serviço Social e Psicologia). Estes são responsáveis por socializar as informações necessárias para os demais profissionais da equipe ampliada.

A equipe mínima de atendimento entrará em contato com a família para realizar o acolhimento inicial e explicação das diretrizes do atendimento.

16. SERVIÇO DE INTERVENÇÃO PRECOCE

DEFINIÇÃO

Intervenção Precoce é um atendimento de caráter preventivo, educacional, habilitatório e reabilitatório, que visa promover a evolução global do educando através de atividades que integrem as áreas do desenvolvimento humano, valorizando as potencialidades e atuando de acordo com as necessidades de cada indivíduo.

OBJETIVO GERAL

Possibilitar o desenvolvimento global e estimular a construção do conhecimento através de ações e vivências apropriadas aos educandos com atraso do Desenvolvimento Neuropsicomotor e Transtorno do Espectro Autista.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Propiciar o desenvolvimento do potencial cognitivo, motor e afetivo através da interação com o meio;
- Possibilitar ao educando condições favoráveis de inclusão no contexto educacional e social;
- Motivar e orientar familiares e/ou responsáveis a participarem das atividades desenvolvidas junto ao educando;
- Conscientizar familiares ou responsáveis da importância do atendimento e da continuidade da estimulação no ambiente familiar;
- Realizar estudos, pesquisas, encaminhamentos, e discussões entre os profissionais a fim de qualificar o serviço e a forma de atuação.

ELEGIBILIDADE

Crianças na faixa etária de 0 a 05 anos e 11 meses e 29 dias que apresentem atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor e Transtorno do Espectro Autista. A partir dos 4 anos precisa estar obrigatoriamente matriculada e frequentando a rede regular de ensino, no contraturno.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

O atendimento na Intervenção Precoce é realizado por equipe multidisciplinar composta pelas seguintes áreas: Assistência Social, Fisioterapia, Psicomotricidade, Fonoaudiologia, Pedagogia, Educação Especial e Psicologia.

O atendimento é realizado de maneira individual, com duração de 40 minutos com cada profissional ou em casos específicos podendo ser atendido por mais de um profissional de acordo com a necessidade do educando.

O atendimento da equipe multidisciplinar trabalha além dos objetivos específicos de cada área e traz como característica a orientação a pais ou responsáveis possibilitando a continuidade do trabalho em todos os ambientes frequentados pelo educando.

EQUIPE DE TRABALHO

Assistência Social: acompanhar a dinâmica familiar e orientar as famílias quanto aos direitos da pessoa com deficiência.

Fisioterapia: prevenir, habilitar e/ou reabilitar o paciente na área motricidade e habilidade motora tendo como base os padrões normais de postura e movimento.

Fonoaudiologia: prevenir, habilitar e/ou reabilitar aspectos de linguagem, disfagia, órgãos fonoarticulatórios e funções orofaciais.

Coordenação Pedagógica: coordenar e orientar o atendimento de Intervenção Precoce, planejamentos e avaliações pedagógicas, bem como a realização de orientações à família, escola e comunidade visando a inclusão social do educando.

Professor/ Educador Especial: desenvolver no educando a ação intencional e a capacidade de responder adequadamente aos estímulos, contemplando a brincadeira como princípio norteador das atividades didático-pedagógicas.

Psicologia: acompanhar e prestar apoio psicológico em todas as situações que envolvam dificuldades na área afetiva, comportamental e/ou no relacionamento familiar, com orientação parental e para os profissionais.

Psicomotricidade: colaborar no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo social do educando. Desenvolvendo e estimulando todos os elementos psicomotores como: coordenação motora ampla e fina, lateralidade, equilíbrio, estruturação espacial, orientação temporal, ritmo e esquema corporal.

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO:

O planejamento para a intervenção precoce será realizado com base no desenvolvimento infantil, utilizando o instrumento de referência guia PORTAGE (WILLIAMS,2001), e integrando o currículo funcional natural.

Cada profissional deverá elaborar um projeto terapêutico singular individualizado partindo das informações obtidas na anamnese e nas informações do relatório inicial, incluindo neste projeto objetivos e metas a serem alcançadas, atividades e estratégias a serem empregadas, materiais e meios utilizados.

PLANO TERAPÊUTICO

O Plano Terapêutico, trata-se de um plano de cuidado voltado para cada paciente, considerando sua individualidade e integralidade. Durante a anamnese e avaliação cada técnico dentro de sua área aplica protocolos voltados para a demanda do paciente em questão. Com base nos dados coletados é traçado os objetivos a serem desenvolvidos. Deste modo é criado o plano terapêutico de cada paciente.

AVALIAÇÃO PROCESSUAL

Os profissionais realizarão avaliações constantes do projeto terapêutico singular individualizado, revendo e reformulando as estratégias para alcançar as metas propostas.

A avaliação processual do educando será através de observações, registros sistemáticos a sua evolução, durante o período de atendimento. Esta, será repassada mensalmente para a análise da coordenação pedagógica resultando no relatório semestral entregue para as famílias.

ENCAMINHAMENTO

Quando o educando completar 5 anos e 11 meses e 29 dias de idade deverá ser submetido a uma nova avaliação multidisciplinar. De acordo com o diagnóstico apresentado, serão realizados os encaminhamentos necessários.

AFASTAMENTO

- O afastamento do educando no atendimento pode ocorrer das seguintes formas:
- Por motivo de saúde, que comprometa a permanência do educando nos atendimentos, restabelecendo a situação o mesmo retorna as atividades;
- Pela falta de acompanhamento dos responsáveis quanto a proposta de atendimento, de seu filho na instituição;

- Pelo comprometimento do quadro psiquiátrico grave, até que o mesmo esteja estável;
- Em caso de doenças infectocontagiosas e viral, para tratamento conforme orientação e atestado médico, retornando assim que a saúde estiver restabelecida.

DESLIGAMENTO

O processo de desligamento na intervenção precoce pode ocorrer das seguintes formas:

- O educando completar 6 anos e não for elegível para atendimento na instituição;
- Antes dos seis anos, quando os objetivos propostos foram atingidos;
- Após **5 faltas** consecutivas sem justificativa, os pais serão advertidos, ocorrendo o desligamento caso a situação não normalize;
- Abandono;
- Não realizar a matrícula;
- Solicitação da família.

17. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)- DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

DEFINIÇÃO

Serviço direcionado ao educando com diagnóstico de **deficiência intelectual e ou múltipla grave (VERIFICAR)** matriculado na rede regular de ensino.

OBJETIVO GERAL

Oportunizar condições de aprendizagem que estimulem o exercício de operações mentais capazes de auxiliá-lo nos desenvolvimentos de novas estruturas de pensamentos, linguagem e a ampliação dos conhecimentos, buscando possibilitar avanços significativos no seu processo de ensino aprendizagem.

OBJETIVO ESPECÍFICOS:

- Planejar com objetivo de desenvolver ações e operações mentais, que contribuam para a aprendizagem de conceitos, além de propor situações vivenciais que possibilitem a organização do pensamento;
- Desenvolver objetivos individuais buscando trabalhar as necessidades de cada educando;
- Adaptar e produzir materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades e especificidades de cada educando;
- Planejar atividades relacionados às afetividades como forma de interação, ludicidade, autonomia, diferentes tipos de linguagens, concentração, atenção, memória, organização, análise e classificação, comparação, orientação espacial e temporal;
- Estimular autonomia e independência;
- Investigar e produzir alternativas pedagógicas voltados a qualificação do processo de ensino e aprendizagem;
- Orientar e assessorar a escola de ensino regular;
- Articular encaminhamentos para outros serviços;
- Realizar atendimento sistemático de apoio e orientação às famílias.

ELEGIBILIDADE

Pessoas com diagnóstico de deficiência intelectual ou múltiplas com nível severo e profundo acima de 06 anos até 17 anos e 11 meses e que estejam frequentando o ensino regular no contraturno da instituição. O encaminhamento de educandos com deficiência intelectual ou múltipla, somente será realizado mediante avaliação diagnóstica e funcional por equipe multidisciplinar.

Equipe de Atendimento:

Serviço Social: acompanhar a dinâmica familiar, acolher e compreender as questões sociais trazidas, orientando às famílias quanto aos direitos da pessoa com deficiências.

Coordenação Pedagógica: coordenar e orientar o atendimento do serviço, planejamentos e avaliações pedagógicas, bem como a realização de orientações à família, escola e comunidade visando a inclusão social do educando.

Professor: desenvolver no educando a ação intencional e a capacidade de responder adequadamente aos estímulos, planejando atividades relacionadas às habilidades de imitação, linguagem receptiva e expressiva, cognitiva, autocuidado, socialização e motora.

Arte: Incentivar a capacidade criativa individual e coletiva;

Informática: Adaptar a informática à instituição na utilização do computador como instrumento de apoio. Além da função de preparar o educando para uma sociedade informatizada.

Educação Física: propor atividades que auxiliem no melhoramento da condição física e qualidade de vida;

Psicologia: acompanhar e prestar apoio psicológico em todas as situações que envolvam dificuldades na área afetiva e comportamental e/ou no relacionamento familiar, e na orientação parental e dos profissionais.

Musicoterapia: Contribuir com o desenvolvimento humano no âmbito físico, cognitivo e psicossocial. Trabalhar objetivos terapêuticos, utilizando como ferramenta: elementos sonoros e instrumentos musicais. Estimular a criatividade, comunicação, expressão emocional, socialização, inclusão social, autonomia, memória, aprendizagem, movimentação corporal, habilitação, reabilitação, promoção da saúde e qualidade de vida.

O atendimento é realizado individual e/ou em grupo, com no máximo 8 educandos por turma. Tem a frequência de 2 atendimentos semanais, com duração de 04h diárias, sendo que todas as atividades realizadas serão sempre acompanhadas por dois professores de sala.

Os atendimentos da equipe multidisciplinar (exceção da pedagogia) são realizados em sessões de 40 minutos.

PLANEJAMENTO

O Planejamento do AEE será realizado de acordo com as diretrizes do caderno pedagógico, integrado ao currículo funcional natural e apoiado pela neurociência e educação (COSENZA e GUERRA, 2011) que deverá ser avaliado durante toda a sua execução, visando o acompanhamento sistemático do processo evolutivo. O professor deverá realizar registros diários considerando como o educando reage a cada estratégia e intervenção pedagógica.

Os pontos possíveis de reestruturação estão correlacionados às observações e intervenções no decorrer do atendimento. Diante dos registros poderá se estabelecer novos objetivos e atividades.

Deverá ser verificado ao final do planejamento mensal o desempenho dos educandos relacionando aos objetivos propostos, indicando se cada indivíduo, Atingiu (A), Em Desenvolvimento (ED) ou não atingiu (NA).

AValiação PROCESSUAL

A avaliação processual será através da observação, registro sistemático da evolução, durante o período de atendimento. Esta, será repassada mensalmente para análise da Coordenação Pedagógica resultando no relatório semestral que será entregue aos pais ou responsáveis.

INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar realizará reuniões quinzenais para estudo de caso, discussões, encaminhamentos, trocas e sugestões para acrescentar na prática pedagógica dos professores.

PARADA PEDAGÓGICA

A parada pedagógica acontece quinzenalmente, é destinada a estudos específicos sobre o serviço com base científica, buscar estratégias para desenvolvimento do trabalho pedagógico, trocas de conhecimentos entre

coordenação pedagógica e professores, confecção de materiais adaptados, relatórios dos objetivos traçados no planejamento, avaliação das atividades realizadas e estudos de caso.

ENCAMINHAMENTO

Quando o educando completar 13 anos e 11 meses de idade, de acordo com o diagnóstico apresentado, poderão ser realizados os encaminhamentos necessários a outros serviços; ou quando completar 17 anos e 11 meses deverá obrigatoriamente ser transferido para outro serviço.

AFASTAMENTO

O afastamento do educando no atendimento pode ocorrer das seguintes formas:

- Por motivo de saúde, que comprometa a permanência do educando nos atendimentos, restabelecendo a situação o mesmo retorna as atividades;
- Pela falta de acompanhamento dos responsáveis quanto a proposta de atendimento do seu filho na instituição;
- Pelo comprometimento do quadro psiquiátrico grave, até que o mesmo esteja estável;
- Em caso de doenças infectocontagiosa e viral, para tratamento conforme atestado e orientação médica, retornando assim que saúde estiver restabelecida;
- Em casos de pediculose e escabiose para tratamento.

DESLIGAMENTO

O processo de desligamento no Atendimento Educacional Especializado pode ocorrer das seguintes formas:

- Quando o educando completar a idade de 17 anos 11 meses e 29 dias.
- Quando os objetivos propostos estiverem sido atingidos;

- Após **5 faltas** consecutivas e sem justificativas, os pais/ou responsáveis serão advertidos, ocorrendo o desligamento caso a situação não se normalize;
- Abandono;
- Não realizar a matrícula.
- Solicitação da família.

18. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

DEFINIÇÃO

Este serviço atende educandos que apresentam prejuízos qualitativos nas interações sociais recíprocas, em padrões de comunicação e repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo, com diagnóstico de TEA Nível 3 e que por estarem em idade escolar frequentam o Ensino Regular.

OBJETIVO GERAL

Propiciar Atendimento Educacional Especializado através do Ensino Estruturado aos educandos com transtorno do espectro autista TEA nível 3 , matriculados no ensino regular, possibilitando avanços significativos no seu processo de ensino e aprendizagem, atendendo às suas peculiaridades.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estimular o processo de desenvolvimento das áreas que apresentam comprometimento, como: interação social, linguagem/comunicação, organização e autonomia.
- Trabalhar efetivamente as diretrizes que norteiam o caderno Pedagógico dentro das áreas de habilidades: imitação, linguagem receptiva, linguagem expressiva, autocuidado, socialização, motor e cognição.

- Complementar ou suplementar a formação do educando por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e no desenvolvimento da sua aprendizagem.
- Proporcionar ambientes estruturados, baseando-se nos princípios do TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Communication Handicapped Children) Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com desvantagens na Comunicação, ABA (Applied Behavior Analysis) Análise do Comportamento Aplicada e o método Denver.
- Planejar com o objetivo de desenvolver ações e operações mentais e desenvolver estratégias pedagógicas que possibilitem a elaboração conceitual.
- Desenvolver um plano de intervenção multidisciplinar.
- Trabalhar com um currículo individualizado, adequado às necessidades.
- Orientar, assessorar e acompanhar as escolas do ensino regular nas quais frequentam os educandos com TEA matriculados na instituição.
- Realizar atendimento sistemático de apoio e orientação às famílias.
- Realizar reuniões sistemáticas de grupo ou da dupla.
- Formar grupo de estudos do AEE– TEA.
- Aprimorar o trabalho nesta área de atuação.

ELEGIBILIDADE

Pessoas com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista acima de 06 anos até 17 anos e 11 meses e 29 dias que estejam frequentando o ensino regular no contraturno da instituição. O encaminhamento de educandos com TEA ao AEE-TEA, somente será realizado mediante avaliação diagnóstica e funcional por equipe multidisciplinar.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

O AEE/TEA tem caráter complementar/suplementar e oferece atendimento duas vezes por semana, no contraturno à frequência na rede de ensino regular.

O atendimento é realizado individual ou em grupo, de dois atendimentos semanais, com duração de 4h, sendo que todas as atividades realizadas serão sempre acompanhadas por quantidade de profissional a ser definido conforme a demanda.

Nos atendimentos trabalham-se questões relacionadas aos aspectos de aprendizagem, tais como a psicomotricidade, autonomia, diferentes formas de linguagens, concentração, atenção, memória, organização, análise e síntese, classificação, comparação, orientação espacial e temporal, resolução de problemas, textualidade, trabalhando efetivamente as diretrizes que norteiam o caderno pedagógico. Aspectos referentes ao seu processo de desenvolvimento também precisam ser estimulados para que aprenda a organizar-se nos diferentes ambientes sociais e seja o mais autônomo possível.

Ofertar um sistema de comunicação compatível com o seu funcionamento, estimulando a comunicação e se possível à linguagem. Mais do que falar necessita compreender e se fazer entender nas ações do seu cotidiano.

A instituição se dispõe a receber em seu espaço os profissionais do ensino regular para assessoramento com a coordenação/professor do AEE/TEA e ou equipe de trabalho responsável. Será realizado assessoria na escola regular com coordenação/professores ou dos atendimentos especializados realizados na instituição (pedagogia, educação especial, arte, educação física, musicoterapia e informática).

Registrar as assessorias e disponibilizá-las na equipe e na pasta do educando.

Os professores se reunirão semanalmente para estudos, discussões, encaminhamentos, buscando estratégias e metodologias que qualifiquem o atendimento ao educando, conforme cronograma pré-estabelecido.

A equipe multidisciplinar realizará reuniões mensais para estudo de caso, discussões e encaminhamentos.

EQUIPE DE TRABALHO

Serviço Social: acompanhar a dinâmica familiar, acolher e compreender as questões sociais trazidas, orientando às famílias quanto aos direitos da pessoa com deficiências.

Coordenação Pedagógica: Coordenar e orientar os planejamentos, avaliações pedagógicas, bem como a realização de orientações à família, escola e comunidade visando a inclusão social do educando.

Professor/ Educador Especial: desenvolver no educando a ação intencional e a capacidade de responder adequadamente aos estímulos, promovendo recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras para a participação plena do educando em sociedade e no desenvolvimento da aprendizagem contemplando atividades didático-pedagógicas;

Arte: Estimular a capacidade criativa individual e coletiva;

Educação Física: propor atividades que auxiliem no melhoramento da condição física e qualidade de vida;

Informática: Adaptar a informática à instituição na utilização do computador como instrumento de apoio. Além da função de preparar o educando para uma sociedade informatizada.

Musicoterapia: Contribuir com o desenvolvimento humano no âmbito físico, cognitivo e psicossocial. Trabalhar objetivos terapêuticos, utilizando como ferramenta: elementos sonoros e instrumentos musicais. Estimular a criatividade, comunicação, expressão emocional, socialização, inclusão social, autonomia, memória, aprendizagem, movimentação corporal, habilitação, reabilitação, promoção da saúde e qualidade de vida.

Psicologia: acompanhar e prestar apoio psicológico em todas as situações que envolvam dificuldades na área afetiva e comportamental e/ou no relacionamento familiar, e na orientação parental e dos profissionais.

PLANEJAMENTO

O planejamento do AEE será realizado de acordo com as diretrizes de atendimento. Cada professor deverá elaborar um plano de atendimento individualizado partindo das informações contidas no relatório de avaliação inicial, incluindo neste plano, objetivos e metas a serem alcançados, atividades e estratégias a serem empregadas, materiais e meios a serem utilizados, e os facilitadores ou mediadores necessários.

AVALIAÇÃO PROCESSUAL

Os professores realizarão avaliações constantes do plano de atendimento individualizado, revendo e reformulando as estratégias para alcançar as metas propostas.

A avaliação processual do educando será através da observação e registro sistemático da sua evolução, durante o período de atendimento. Esta, será repassada mensalmente para análise da Coordenação Pedagógica resultando no relatório semestral (avaliação) que será entregue aos pais ou responsáveis.

INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR

Os atendimentos da equipe multidisciplinar do AEE são realizados de forma individual, grupo em sessões de 40 minutos, onde além dos objetivos específicos de cada área, devem seguir as diretrizes do serviço e prestar orientação aos pais ou responsáveis possibilitando a continuidade do trabalho em todos os ambientes frequentados pelos educandos.

PARADA PEDAGÓGICA

As paradas pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado – AEE/TEA são realizadas mensalmente com reuniões, planejamentos, construção de materiais pedagógicos, estudos direcionados, avaliações mensais, descrição das observações semanais, capacitação e troca de experiência multidisciplinar.

ENCAMINHAMENTO

Permanece no atendimento do AEE os educandos que frequentam o ensino regular e no término serão avaliados se continuam em outros serviços da instituição ou encaminhados para atendimentos da comunidade.

Quando o educando completar 13 anos, 11 meses e 29 dias, de acordo com o diagnóstico apresentado, poderão ser realizados os encaminhamentos necessários a outros serviços; ou quando completar 17 anos, 11 meses e 29 dias deverá obrigatoriamente ser transferido para outro serviço.

AFASTAMENTO

O afastamento do educando no atendimento pode ocorrer das seguintes formas:

- Por motivo de saúde, que comprometa a permanência do educando nos atendimentos, restabelecendo a situação o mesmo retorna as atividades;
- Pela falta de acompanhamento dos responsáveis quanto a proposta de atendimento do seu filho na instituição;
- Pelo comprometimento do quadro psiquiátrico grave, até que ele esteja estável;
- Em caso de doenças infectocontagiosa e viral, para tratamento conforme atestado e orientação médica, retornando assim que saúde estiver restabelecida;
- Em casos de pediculose e escabiose para tratamento;

DESLIGAMENTO

O processo de desligamento no Atendimento Educacional Especializado pode ocorrer das seguintes formas:

- Quando o educando completar a idade de 17 anos 11 meses e 29 dias.
- Quando os objetivos propostos estiverem sido atingidos;
- Após **5 faltas** consecutivas e sem justificativas, os pais/ou responsáveis serão advertidos, ocorrendo o desligamento caso a situação não se normalize;
- Abandono;
- Não realizar a matrícula.
- Solicitação da família.

19. SERVIÇO PEDAGÓGICO ESPECÍFICO (SPE)

DEFINIÇÃO

O Serviço Pedagógico Específico atende educandos na faixa etária de 06 a 17 anos e 11 meses, com diagnóstico de deficiência intelectual grave ou profunda associada ou não a outras deficiências e/ou diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) baixo nível funcional/ nível 3 com déficits significativos nos domínios conceitual, social e prático, com limitações na capacidade de tomar decisões e prejuízos na comunicação. Dificuldades em perceber ou interpretar pistas sociais com exatidão e necessidade de período prolongado de ensino para a conquista da independência nas atividades básicas do dia a dia.

OBJETIVO GERAL

Oportunizar a apropriação e a elaboração dos conceitos científicos e o desenvolvimento da funcionalidade do educando por meio de projetos educacionais pedagógicos, possibilitando a qualificação das estruturas psicológicas superiores e da autonomia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Organizar planejamento individualizado, levando em consideração as limitações e características de cada um;
- Incentivar a capacidade criadora individual e coletiva;
- Praticar atividades funcionais e sociais;

- Estimular a interação social em múltiplos contextos, respeitando as limitações;
- Estimular o processo de desenvolvimento das áreas que apresentam comprometimento como: linguagem/comunicação, independência e autonomia nas atividades do dia a dia;
- Manter e ou melhorar os aspectos motores (função manual, destreza, coordenação viso motora, integração bilateral);
- Praticar atividades funcionais e sociais;
- Orientar a família, sistematicamente, quando as estratégias que possam beneficiar a autonomia e a independência do educando, garantindo a participação em seu processo de desenvolvimento;
- Organizar o ambiente externo de modo que o educando compreenda o que se espera que ele faça em cada espaço.

ELEGIBILIDADE

Educandos na faixa etária de 06 a 17 anos e 11 meses, com diagnóstico de deficiência intelectual grave ou profunda associada ou não a outras deficiências e/ou diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) baixo nível funcional/ nível 3 desde que associados a quadros de saúde e/ou comportamento que inviabiliza sua permanência no ensino regular.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

As turmas são organizadas em grupos de trabalho com carga horária de 4h diárias, divididas em 4 vezes por semana. O número de educandos varia em até quatro por grupo, acompanhados por dois professores. O Trabalho pedagógico deverá ser organizado de modo individualizado, utilizando comunicação clara e objetiva quanto a rotina do dia a dia ou mudança de ações. Organizar atividades analisando o tempo de tolerância. Trabalhar o conteúdo formativo utilizando os diversos ambientes da instituição, levando em consideração as limitações e características de cada um. Proporcionar momentos com atividades coletivas, estimulando a interação social. No SPE/ TEA é necessário ter a rotina diária, a sala ser dividida em atividades individuais 1x1 e possuir área de lazer.

EQUIPE DE TRABALHO

Serviço Social: acompanhar a dinâmica familiar, acolher e compreender as questões sociais trazidas, orientando às famílias quanto aos direitos da pessoa com deficiências.

Coordenação Pedagógica: coordenar e orientar os planejamentos, avaliações pedagógicas, bem como a realização de orientações à família, escola e comunidade visando a inclusão social do educando.

Professor/Educador Especial: desenvolver no educando a ação intencional e a capacidade de responder adequadamente aos estímulos, promovendo recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras para a participação plena do educando em sociedade e no desenvolvimento da aprendizagem contemplando atividades didático-pedagógicas;

Arte: Estimular a capacidade criativa individual e coletiva;

Educação Física: propor atividades que auxiliem no melhoramento da condição física e qualidade de vida;

Informática: Adaptar a informática à instituição na utilização do computador como instrumento de apoio. Além da função de preparar o educando para uma sociedade informatizada.

Psicologia: acompanhar e prestar apoio psicológico em todas as situações que envolvam dificuldades na área afetiva e comportamental e/ou no relacionamento familiar, e na orientação parental e dos profissionais.

Musicoterapia: Contribuir com o desenvolvimento humano no âmbito físico, cognitivo e psicossocial. Trabalhar objetivos terapêuticos, utilizando como ferramenta: elementos sonoros e instrumentos musicais. Estimular a criatividade, comunicação, expressão emocional, socialização, inclusão social, autonomia, memória, aprendizagem, movimentação corporal, habilitação, reabilitação, promoção da saúde e qualidade de vida.

PLANEJAMENTO

O Planejamento do SPE será realizado através de projetos pedagógicos

fundamentando suas ações nos pressupostos teóricos da concepção histórico-cultural, utilizando como referenciais curriculares a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), buscando apoio ao plano de desenvolvimento individual, que deverá ser avaliado durante toda a sua execução visando o acompanhamento sistemático do processo evolutivo. O professor deverá realizar registros diários considerando como o educando reage a cada estratégia e intervenção pedagógica. Os pontos possíveis de reestruturação estão correlacionados a observações e intervenções no decorrer do atendimento. Diante dos registros poderá se estabelecer novos objetivos e atividades. Deverá ser verificado ao final do planejamento mensal o desempenho relacionado aos objetivos propostos indicando sua evolução.

AVALIAÇÃO PROCESSUAL

A avaliação processual será através da observação, registro sistemático da evolução, durante o período de atendimento. Esta, será repassada mensalmente para análise da Coordenação Pedagógica resultando no relatório semestral que será entregue aos pais ou responsáveis.

INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar realizará reuniões quinzenais para estudo de caso, discussões, encaminhamentos, trocas e sugestões para acrescentar na prática pedagógica dos professores.

PARADA PEDAGÓGICA

A parada pedagógica acontece quinzenalmente, é destinada a estudos específicos sobre o serviço com base científica, buscar estratégias para desenvolvimento do trabalho pedagógico, trocas de conhecimentos entre coordenação pedagógica e professores, confecção de materiais adaptados, relatórios dos objetivos traçados no planejamento, avaliação das atividades realizadas e estudos de caso.

ENCAMINHAMENTO

Quando o educando completar 17 anos e 11 meses de idade, de acordo com o diagnóstico apresentado, serão realizados os encaminhamentos necessários a outros serviços.

AFASTAMENTO

O afastamento do educando no atendimento pode ocorrer das seguintes formas:

- Por motivo de saúde, que comprometa a permanência do educando nos atendimentos, restabelecendo a situação o mesmo retorna as atividades;
- Pela falta de acompanhamento dos responsáveis quanto a proposta de atendimento do seu filho na APAE;
- Pelo comprometimento do quadro psiquiátrico grave, até que o mesmo esteja estável; em caso de doenças infectocontagiosa e viral, para tratamento conforme orientação médica, retornando assim que saúde estiver restabelecida;
- Em casos de pediculose e escabiose para tratamento;

DESLIGAMENTO

O processo de desligamento no Serviço Pedagógico Específico pode ocorrer das seguintes formas:

- Após **5 faltas** consecutivas e sem justificativas, os pais e/ou responsáveis serão advertidos, ocorrendo o desligamento caso a situação não se normalize;
- Abandono;
- Não realizar a matrícula;
- Solicitação da família.
- Os educandos do SPE devem ser reavaliados por equipe multiprofissional, composta por um profissional de cada área da educação, saúde e assistência, com vistas a possibilidade de reinserção na rede regular de ensino.

20. SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECÍFICO (SAE)

DEFINIÇÃO

O Serviço de Atendimento Específico (SAE) é um serviço de cunho pedagógico destinado ao desenvolvimento e à manutenção de habilidades funcionais e cognitivas, visando a aquisição de conhecimentos e comportamentos que sejam essenciais aos educandos atendidos, no sentido de promover a sua independência e autonomia, para que eles tenham mais participação no contexto familiar e comunitário.

OBJETIVO GERAL

Contribuir na elaboração de conceitos que possibilitem a aquisição e manutenção de habilidades e competências que possam ser utilizadas em diferentes ambientes e que seja significativa para a vida do educando.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Observar e respeitar as preferências, incentivando a capacidade criadora individual e coletiva através do processo de mediação;
- Possibilitar Atividades da Vida Diária (AVD) desenvolvendo os sentidos remanescentes, mediante atividades funcionais contextualizadas (usando os princípios do Currículo Funcional Natural);
- Favorecer a construção de relações interpessoais, habilidades sociais básicas respeitando as individualidades;
- Oferecer atividades que possibilitem condições para aquisição de habilidade manuais e ocupacionais;
- Desenvolver aspectos relacionados à autonomia, independência e autoestima;

ELEGIBILIDADE

- São elegíveis neste serviço educandos com deficiência intelectual, múltipla e Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).
- Não apresentar, no momento, perspectivas de inclusão no mundo do trabalho;
- Não estar matriculado na rede regular de ensino.

EQUIPE DE TRABALHO

Assistência Social: acompanhar a dinâmica familiar e orientar as famílias quanto aos direitos da pessoa com deficiências e atendimento de grupo.

Coordenação Pedagógica: coordenar e orientar o atendimento de Intervenção Precoce, planejamentos e avaliações pedagógicas, bem como a realização de orientações à família, escola e comunidade visando a inclusão social do educando.

Professor/ Educador Especial: promover atividades ocupacionais, lúdicas, AVD e de lazer que possam beneficiar a saúde física e mental das pessoas em processo de envelhecimento ou idosas.

Psicologia: acompanhar e prestar apoio psicológico em todas as situações que envolvam dificuldades na área afetiva e/ou no relacionamento familiar e interpessoal, realizando atendimento de grupo ou individualizado.

Arte: Incentivar a capacidade criadora individual e coletiva;

Educação Física: propor atividades que auxiliem na melhora da condição física e qualidade de vida;

Informática: Adaptar a informática à instituição na utilização do computador como instrumento de apoio. Além da função de preparar o educando para uma sociedade informatizada.

Musicoterapia: Contribuir com o desenvolvimento humano no âmbito físico, cognitivo e psicossocial. Trabalhar objetivos terapêuticos, utilizando como ferramenta: elementos sonoros e instrumentos musicais. Estimular a criatividade, comunicação, expressão emocional, socialização, inclusão social, autonomia, memória, aprendizagem, movimentação corporal, habilitação, reabilitação, promoção da saúde e qualidade de vida.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

As turmas são organizadas em grupos de trabalho com carga horária de 4h diárias. O número de educandos nestes grupos varia pela idade conforme citadas em convênio. Todas as atividades realizadas com a turma, dentro ou fora da instituição, serão sempre acompanhadas pelo professor de sala.

O atendimento no SAE é realizado por equipe multidisciplinar composta pelos seguintes serviços: Serviço Social, Pedagogia, Educação Física, Arte, Informática, Musicoterapia e Psicologia.

PLANEJAMENTO:

Os planejamentos pedagógicos são de responsabilidade do(s) professor(es) regente(s) e supervisionado pela coordenação pedagógica, sendo de caráter mensal. A ação pedagógica é pautada na intervenção mediada, que vai além da interação social. A mediação, segundo a concepção de Feuerstein, é a situação na qual o mediador interfere na ação com o propósito de direcionar a aprendizagem através de seu ato intencional (Feuerstein, 2014).

Além da intervenção mediada, buscamos apresentar as atividades considerando os princípios do Currículo Funcional Natural onde o termo funcional refere-se à maneira como os objetivos educacionais são escolhidos para o educando, enfatizando-se que aquilo que ele vai aprender tenha utilidade para sua vida no momento atual ou à médio prazo. O termo natural diz respeito aos procedimentos de ensino utilizados, colocando-se em relevo fazer o ambiente de ensino e os procedimentos o mais semelhantes possível ao que pode ocorrer no cotidiano. (Suplino, 2005 p.13).

O planejamento do SAE é organizado através do Caderno Pedagógico, este possui uma formatação pré-organizada pela instituição: capa, proposta pedagógica do atendimento, planejamento, evolução individual, resultados observados, cronograma de atividades semanais e registro mensal, além de organizar as atividades da semana AVD e saídas externas.

O SAE conta com suas diretrizes que norteiam o olhar pedagógico através de objetivos individualizados, pois entendemos que cada educando possui sua necessidade específica. Nossas diretrizes dividem-se por áreas de habilidades: domésticas, cognitivas, ocupacionais, comunitárias e de saúde.

Na estrutura do planejamento pedagógico é solicitado que o profissional organize a ficha de acompanhamento individual onde lá constam: objetivos por áreas de habilidades, atividades propostas e resultados (estes vão sendo registrados conforme a execução).

AVALIAÇÃO PROCESSUAL

A avaliação ocorre ao longo da escrita dos planejamentos **nos Cadernos Pedagógicos**, ao fazer os registros das atividades aplicadas de cada área é **verificado** se o objetivo proposto foi alcançado, dando corpo ao processo avaliativo do educando. Através desses registros e das reflexões sobre a ação pedagógica abrimos possibilidades de novos objetivos assim como a concretização de outros.

INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR

A intervenção multidisciplinar é um momento importante de discussão que acontece ao início de cada semestre com a equipe de profissionais das diferentes áreas da equipe multidisciplinar, que atendem ao educando, para traçar a proposta de trabalho. Dessa forma todos compartilham das mesmas informações, e juntos podem traçar metas que se interligam.

É montada uma planilha a cada três meses (coletiva) com os objetivos a serem trabalhados por área, realizando sua evolução ao final destes meses e traçado novos objetivos.

Essas informações são socializadas de modo que todos visualizem o processo desenvolvido nas diferentes áreas, na intenção de trabalhar num mesmo sentido.

PARADA PEDAGÓGICA

As paradas pedagógicas ocorrem quinzenalmente e têm caráter informativo, formativo e motivacional. É um momento oportuno para:

- Troca de experiências adquiridas em sala de aula, repasse de informações da equipe multidisciplinar, assim como a adequação de manejos à determinados educandos;
- Estudos e leituras de formação na área de atuação ou discussão de assuntos pertinentes;

- Utilização de dinâmicas de grupo que motivam, unem e mostram um pouco da vivência e bagagem pessoal de cada professor, visando o trabalho coletivo.

ENCAMINHAMENTO

Os educandos do SAE podem ao longo dos anos apresentarem possibilidades de participação no mundo do trabalho, seja ele formal ou informal, sendo dessa forma o educando encaminhado ao serviço de educação profissional.

Contamos com apoio das famílias, quando se faz necessário, **realizamos** orientações formais de como proceder ou que ajuda se deve buscar, quando a instituição não **tem** essa possibilidade.

AFASTAMENTO

O afastamento do educando no atendimento pode ocorrer das seguintes formas:

- Por motivo de saúde, que comprometa a permanência do educando nos atendimentos, restabelecendo a situação o mesmo retorna as atividades;
- Pela falta de acompanhamento dos responsáveis quanto a proposta de atendimento do seu filho na APAE;
- Pelo comprometimento do quadro psiquiátrico grave, até que o mesmo esteja estável;
- Em caso de doenças infectocontagiosa e viral, para tratamento conforme orientação médica, retornando assim que saúde estiver restabelecida;
- Em casos de pediculose e escabiose para tratamento;

DESLIGAMENTO

O processo de desligamento pode ocorrer das seguintes formas:

- Quando a família não segue as orientações da equipe técnica da APAE;

- Transferência do educando para outra instituição;
- Abandono;
- Não realizar a matrícula;
- Solicitação da família.
- Após **05** faltas consecutivas injustificadas e/ou ser encaminhado e permanecer no mercado de trabalho formal.

21. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

DEFINIÇÃO

O Serviço de Educação Profissional da APAE de Antônio Carlos é organizado através dos Programas PROEP- Programa de Educação Profissional e o **SEVIL- Serviço de Vivências Laborais**.

O PROEP visa a colocação competitiva no mercado de trabalho formal da pessoa com deficiência intelectual, associada ou não a outras deficiências ou autismo, em igualdade de condições com as demais pessoas, devendo ser atendidas as regras de acessibilidade, recursos de tecnologia assistiva e garantia de adaptação razoável, por procedimentos e apoios **especializados**.

São etapas do PROEP: IPT - Iniciação Para o Trabalho, PQ - Pré Qualificação Profissional e Colocação no Trabalho. O trabalho pedagógico segue diretrizes específicas de cada etapa, sendo aplicada de forma gradual e progressiva, respeitando sempre as especificidades de cada indivíduo, como o tempo de cada um para a aquisição de conhecimentos e habilidades.

Já na última etapa do programa, na Colocação no Trabalho, a equipe mínima responsável pelo programa também recebe, orienta e acompanha a pessoa com **deficiência intelectual associada ou não a outras deficiências ou autismo** em sua procura, obtenção e/ou retorno ao emprego.

Contudo, o PROEP vai além da preparação e colocação no trabalho, o mesmo busca acabar com a visão protecionista e estigmatizada de que a pessoa com deficiência se encontra intrinsecamente vinculada a invalidez e à incapacidade, assegurando ao público a quem se destina o acesso, a permanência e o progresso profissional, eliminando qualquer tipo de barreira, sejam elas atitudinais, arquitetônicas, nas comunicações ou **nas informações**.

Já o **SEVIL** é direcionado ao atendimento da pessoa com deficiência intelectual leve ou moderada, associada ou não a outras deficiências ou autismo, sem perspectiva de ingresso no PROEP (Programa de Educação Profissional) da APAE de Antônio Carlos, mas que apresentam possibilidades de executar uma atividade laboral remunerada, bem como desenvolver conteúdos que contribuam para a promoção de sua independência pessoal e inclusão social/comunitária.

O programa consiste em oferecer maior variedade de atividades artesanais, laborais e acadêmicas, atividades que identifiquem e desenvolvam competências e habilidades específicas de determinadas profissões. Também, levando em consideração as especificidades de cada educando, o programa oferece uma grade de atividades laborais semanal fixa, organizando as atividades da semana conforme as diretrizes do programa. O **SEVIL** prevê as seguintes opções de inserção profissional, são elas: trabalho informal, autônomo, voluntário ou cooperativo. Vale salientar que nesta etapa o educando participará de todas as atividades complementares ofertadas pela instituição e poderá permanecer por tempo indeterminado na modalidade.

21.1. PROEP -PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

OBJETIVO GERAL

Promover o desenvolvimento profissional e a inclusão social da pessoa com **deficiência intelectual ou não associada a outras deficiências ou autismo** através do seu encaminhamento e permanência no mercado de trabalho formal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos do PROEP - Programa de Educação Profissional APAE Antônio Carlos:

- Superar qualquer tipo de barreira que impeça a participação plena da pessoa com deficiência no trabalho;
- Desenvolver atividades seguindo a característica inovadora da Metodologia do Emprego Apoiado;
- Estabelecer rede de apoio entre educando, instituição, família e empresa (pública ou privada);
- Fazer parceria com empresas que tenham como meta a promoção de emprego competitivo em ambientes integrados;
- Usufruir de todas as alternativas de geração de trabalho formal, emprego e renda;
- Desenvolver competências, habilidades laborativas e acadêmicas visando a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho formal;
- Através das diretrizes pedagógicas, trabalhar os conceitos de autogestão, autodefensoria e família;
- Por meio de parcerias com instituições de ensino, em âmbito público ou privado, promover acesso a programas de orientação técnica e profissional;
- Promover a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos para o uso do transporte coletivo com autonomia e independência.

ELEGIBILIDADE

São elegíveis para o ingresso no PROEP - Programa de Educação Profissional:

- Ter diagnóstico de deficiência intelectual leve ou moderada, associada ou não a outras deficiências ou autismo;

- Idade acima de **16 anos**, sendo **de 16** a 17 anos, 11 meses e 29 dias, matriculados na rede regular de ensino, conforme a Lei n 12.796, de 4 de abril de 2013, Art. 4o;
- Perspectiva de inclusão no mercado de trabalho formal;
- No ato da matrícula ou rematrícula, assinatura dos termos de compromisso pelo responsável, autorizando o trabalho da equipe do PROEP relacionado à Locomoção Independente e Colocação no Trabalho;
- Apresentar funcionalidade para a aquisição das competências mínimas necessárias para desenvolver uma atividade laboral remunerada (habilidades básicas conceituais, sociais ou práticas);

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

As turmas são organizadas em grupos de trabalho com carga horária de 04 horas diárias. O número de educandos nestes grupos varia pela idade conforme citadas em convênio e nível de gravidade (apoio). O trabalho pedagógico no PROEP se desenvolve à partir das seguintes etapas:

● 1º ETAPA: INICIAÇÃO PARA O TRABALHO

Esta primeira etapa tem por objetivo desenvolver no educando conhecimentos relativos à compreensão de si mesmo e do ambiente, criando sentimento de confiança nas capacidades físicas, cognitivas, afetivas, de inter-relação social e de inserção ao meio físico e social.

Nesta etapa, o trabalho pedagógico se destina a avaliar e sondar interesses profissionais, conquista da autonomia para se locomover com o transporte coletivo, desenvolvimento do nível acadêmico, capacidade de se autogerir e questões que envolvam limites e regras, visando identificar os apoios que os mesmos irão necessitar ao ingressarem nas próximas etapas do programa.

O conceito de vida independente implica assumir a responsabilidade de gerar a própria vida e, portanto, apostar em si mesmo. Em outras palavras, trata-se de dizer para as pessoas portadoras de restrição no corpo ou de deficiência que, se elas mesmas não tomarem a iniciativa de se responsabilizar pela

condução da própria vida, ninguém mais o fará, e elas estarão, portanto, sentenciadas a ser eternamente dependentes de alguém. Ribas (1995, p.137)

LOCOMOÇÃO INDEPENDENTE

A Atividade de Locomoção Independente tem por objetivo preparar o educando para o uso do transporte coletivo com autonomia, possibilitando o nível de independência necessário para ingressar nas próximas etapas do programa, a Pré-qualificação profissional e a Colocação no Trabalho, visando garantir as condições de formação específica de cada educando.

O trabalho do professor deverá propiciar conhecimentos que contribuam para a compreensão do uso do transporte referido, considerando especificidades do educando como a capacidade cognitiva e a limitação física. Desta maneira, as estratégias de ensino deverão ser desenvolvidas a partir da apresentação de situações desafiadoras, tais como situações-problema, dinâmicas, situações reais dentro e fora da instituição e atividades lúdicas.

Para efetivar a conquista da autonomia no uso do transporte coletivo pelo educando, o trabalho deverá ser realizado de forma constante (diariamente) e sistemática (sem interrupções), sendo dividido em duas etapas, são elas: trabalho coletivo e trabalho individual. O trabalho coletivo será realizado pelo professor em sala de aula, com todos os educandos da turma, a partir das diretrizes pedagógicas que norteiam a etapa. Já o trabalho individual será realizado por um **profissional treinado** que irá colocar em prática os conteúdos trabalhados em sala de aula, através de situações reais no uso do transporte coletivo.

• 2º ETAPA – PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Após a aquisição das habilidades referidas nas diretrizes da primeira etapa do programa, IPT, como autocuidados, conceitos básicos de linguagem e locomoção independente, onde o educando já deverá ter adquirido autonomia nas atividades de vida diária, conhecimento dos conceitos básicos de linguagem e independência no uso do transporte coletivo, esse poderá iniciar na 2º Etapa do programa, a Pré-qualificação profissional (PQP).

A PQP tem por objetivo a aquisição de conhecimentos que permitam preparar o educando para o seu encaminhamento e acompanhamento ao mercado de trabalho formal. Nesta etapa serão desenvolvidas atividades laborais e acadêmicas prevendo os conceitos definidos em suas diretrizes, como situações cotidianas e mundo do trabalho. O processo de ensino e aprendizagem deverá ser planejado e desenvolvido pelo docente com a utilização de diferentes métodos e estratégias, tendo em vista a aquisição de competências intelectuais, de comunicação, sociais, comportamentais, organizativas, entre outros conceitos necessários para o desempenho do educando no seu desenvolvimento profissionalizante. Desta maneira, as estratégias de ensino deverão envolver situações desafiadoras como a resolução de situações-problemas, dinâmicas, atividades práticas (situações reais de trabalho dentro e fora da instituição), lúdicas, aula expositiva e também por demonstração, em que o professor demonstra como fazer a tarefa.

● 3º ETAPA - COLOCAÇÃO NO TRABALHO

Depois de perpassar as duas primeiras etapas do programa, a Iniciação para o trabalho e a Pré-qualificação profissional, e adquirir as habilidades/conceitos desenvolvidos em cada uma delas, o educando ingressa na última etapa do PROEP, a Colocação no Trabalho (CT).

A CT é de responsabilidade da equipe mínima do serviço (coordenador pedagógico, assistente social e psicóloga) e considera em sua metodologia de trabalho os três processos para o desenvolvimento da Metodologia do Emprego Apoiado, são elas: Identificação do Perfil Vocacional, Desenvolvimento do Emprego e Acompanhamento Pós-Colocação (Fonte: www.aneabrasil.org.br - Barbosa Junior & Nunes, 2016).

Nesta etapa, a equipe mínima acompanha a pessoa com **deficiência intelectual associada ou não a outras deficiências e ou autismo**, em todas as etapas de relação de trabalho, sendo elas: recrutamento, seleção, contratação, admissão, exame admissional, permanência no emprego, ascensão profissional e/ou desligamento, quando necessário.

. Processos para a Colocação no Trabalho, são eles:

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL VOCACIONAL:

- Junto à família, ter ciência do contexto vivido pelo educando (escolaridade, experiências de trabalho, relações interpessoais, autonomia com relação às atividades de autocuidados e à comunidade);
- Reconhecer as áreas de interesse de trabalho, competências, habilidades, preferências e dificuldades do educando;
- Identificar os apoios necessários para a plena participação do educando no ambiente de trabalho.

DESENVOLVIMENTO DO EMPREGO

- Elaborar um planejamento de inclusão no trabalho centrado na pessoa;
- Fortalecer a rede de apoio entre instituição, educando e família, compartilhando todas as informações de procura, obtenção, manutenção e/ou retorno ao emprego;
- Realizar pesquisa na comunidade, na iniciativa privado ou em âmbito público, a fim de identificar os possíveis postos de trabalho;
- Em contato com a empresa, verificar se a vaga ofertada está de acordo com o perfil do educando;
- Conhecer a cultura organizacional da empresa (benefícios, processo de inclusão, forma de avaliação do trabalhador, estratégias de crescimento profissional, cursos e treinamento acessíveis para a compreensão das políticas da empresa);
- Sensibilizar os funcionários da empresa contratante promovendo ações de conscientização em relação aos futuros colegas de trabalho, visando práticas inclusivas;
- Desenvolver estratégias de apoio para a construção de ambientes inclusivos;

- Acompanhar o desenvolvimento dos novos trabalhadores diretamente no posto de trabalho. A visita ou contato do profissional é importante, **ao** menos uma vez por mês;
- Oferecer apoio técnico e pedagógico ao novo trabalhador, a família, ou a empresa, por tempo indeterminado, sempre que se fizer necessário;
- Identificar, junto ao educando, família e empresa, os apoios necessários à plena participação do trabalhador no ambiente organizacional;
- Quando necessário, prover os suportes individualizados que atendam às necessidades específicas da pessoa com deficiência na empresa;
- Estabelecer uma boa e constante relação com o setor de recursos humanos da empresa parceira;
- Promover formação sobre o funcionamento técnico e prático do PROEP APAE Antônio Carlos aos funcionários dos setores de recursos humanos das empresas parceiras, bem como dos gestores;
- Negociar a contratação do trabalhador estabelecendo diálogo entre a instituição, educando, família e empresa, definindo a carga horária, salário, benefícios e a necessidade ou não de adaptações razoáveis.

ACOMPANHAMENTO PÓS CONTRATAÇÃO

- Planejar a avaliação do desenvolvimento do trabalhador com todos os profissionais envolvidos no processo de Colocação no Trabalho, assim como, a adequação do ambiente organizacional;
- Organizar, em parceria com a equipe gestora da empresa, os dias e horários de visitas ou reuniões;
- Não sendo o ambiente organizacional inclusivo, haverá oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais; (IV. Art.37. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015);

- Também, sujeito à observância da legislação trabalhista e previdenciária, que visa ambientes inclusivos e acessíveis para o desempenho de uma atividade profissional, a etapa de Colocação no Trabalho considera como essencial a definição de procedimentos e apoios especiais § § 2º e 3º do artigo 35 do Decreto n. 3.298, de 20/12/99:

§ 2º Consideram-se procedimentos especiais os meios utilizados para a contratação de pessoa que, devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, exija condições especiais, tais como jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário, ambiente de trabalho adequado às suas especificidades, entre outros.

§ 3º Consideram-se apoios especiais a orientação, a supervisão e as ajudas técnicas, entre outros elementos que auxiliem ou permitam compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, de modo a superar as barreiras da mobilidade e da comunicação, possibilitando a plena utilização de suas capacidades em condições de normalidade.

Durante o processo de colocação no trabalho o educando é acompanhado pela equipe multidisciplinar composta por psicóloga, assistente social e pedagoga.

21.2 SEVIL- SERVIÇO DE VIVÊNCIAS LABORAIS

OBJETIVO GERAL

O **Serviço de Vivências Laborais** é desenvolvido para reconhecer e desenvolver uma atividade laboral específica no educando, bem como, contribuir para a sua inclusão social/comunitária.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos do **SEVIL – Serviço de Vivências Laborais da APAE de Antônio Carlos**:

- Superar qualquer tipo de barreira que impeça a participação plena da pessoa com deficiência na comunidade em que vive;
- Estabelecer rede de apoio entre educando, instituição e família, a fim de elaborar estratégias de inclusão do educando no mercado de trabalho informal, autônomo, cooperativo ou voluntário;
- Fazer parceria com empresas, em âmbito público ou privado, que tenham como meta a inclusão social/comunitária da pessoa com deficiência;
- Usufruir de todas as alternativas de geração de trabalho informal, emprego e renda;
- Desenvolver competências, habilidades laborativas e acadêmicas visando a inclusão social/comunitária da pessoa com deficiência;
- Através das diretrizes pedagógicas, trabalhar os conceitos de autogestão, autodefensoria e família;

ELEGIBILIDADE

São elegíveis para ingresso no **SEVIL – Serviço de Vivências Laborais**:

- Ter diagnóstico de deficiência intelectual leve ou moderada, associada ou não a outras deficiências ou autismo;
- **Idade acima de 18 anos;**
- Não ter perspectiva de ingresso em nenhuma das etapas do PROEP - Programa de Educação Profissional APAE de Antônio Carlos;
- Ter perspectiva para executar atividade laboral remunerada em sua localidade/região, sejam estas através do mercado de trabalho informal, autônomo, cooperativo ou voluntário;
- Posterior ao processo de matrícula ou re matrícula, optem por desenvolver atividade laboral remunerada em sua localidade/região, conforme a proposta do programa;
- Apresentem funcionalidade para a aquisição das competências mínimas necessárias para desenvolver uma atividade laboral remunerada (habilidades básicas conceituais, sociais ou práticas);

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

As turmas são organizadas em grupos de trabalho com carga horária de 04 horas diárias. O número de educandos nestes grupos varia pela idade conforme citadas em convênio e nível de gravidade (apoio).

EQUIPE DE TRABALHO

Arte: A integração das linhas maleáveis no campo da criação, da crítica, da estesia, da expressão, da fruição e da reflexão, compõem o currículo do ensino da arte. Dentro do **Serviço de Vivências Laborais** o ensino da arte constitui-se pelo ensinamento das diversas materialidades verbais e não verbais, sensíveis, corporais, visuais, plásticas e sonoras, levando em conta sua natureza vivencial, experiencial e subjetiva do contexto social dos atendidos. A experiência artística aprimora a percepção estética, a imaginação, a consciência corporal, a intuição, a memória, a reflexão e a emoção, dando um suporte básico para a profissionalização da arte;

Educação Física: Propor atividades que **desenvolvam** o **condicionamento** físico **para melhor** qualidade de vida;

Professor e Educador Especial: Promover o desenvolvimento cognitivo, a conquista da autonomia e da independência. Propor objetivos individuais e coletivos referentes ao mundo do trabalho. Promover, através do conhecimento acadêmico, a aquisição das habilidades necessárias para o encaminhamento e a permanência da pessoa com deficiência no mercado de trabalho formal e **informal**.

Serviço Social: Acompanhar a dinâmica familiar e orientar as famílias quanto aos direitos da pessoa com deficiência previstos na legislação.

Psicologia: Acompanhar e oferecer apoio psicológico em todas as situações que envolvam dificuldades emocionais, desenvolvimento da autoestima **favorecendo o repertório socioemocional** do indivíduo e/ou família.

Coordenação Pedagógica: Orientar o professor quanto à definição, estrutura e funcionamento do programa, assim como a organização e a elaboração do

planejamento pedagógico e da avaliação individualizada. Estruturar as turmas de acordo com a faixa etária e nível de funcionalidade. Fortalecer o trabalho multidisciplinar e organizar momentos de formação (parada pedagógica) para o aprimoramento do trabalho pedagógico em sala de aula.

Informática: Adaptar a informática à instituição na utilização do computador como instrumento de apoio. Além da função de preparar o educando para uma sociedade informatizada.

Musicoterapia: Contribuir com o desenvolvimento humano no âmbito físico, cognitivo e psicossocial. Trabalhar objetivos terapêuticos, utilizando como ferramenta: elementos sonoros e instrumentos musicais. Estimular a criatividade, comunicação, expressão emocional, socialização, inclusão social, autonomia, memória, aprendizagem, movimentação corporal, habilitação, reabilitação, promoção da saúde e qualidade de vida.

PLANEJAMENTO

Sob a orientação da Coordenação Pedagógica o professor tem a incumbência de elaborar mensalmente o planejamento pedagógico. O planejamento tem por objetivo criar estratégias para o desenvolvimento profissionalizante do educando, tendo como consequência a conquista da autonomia e independência para a sua inclusão na sociedade através do trabalho informal, cooperativo, voluntário ou de locomoção independente.

Na elaboração do documento, o professor deverá seguir as diretrizes de cada etapa dos programas, respeitando as metodologias utilizadas em cada uma delas.

O documento deve ser elaborado através do caderno pedagógico e é estruturado através das seguintes etapas: capa, proposta do programa, planejamento com nome da atividade, descrição detalhada da atividade, objetivos individuais (de cada educando), resultados observados dos objetivos propostos e grade mensal das atividades, onde são distribuídas todas as atividades do mês em colunas diárias.

AVALIAÇÃO PROCESSUAL

A avaliação é realizada de forma constante e sistemática por meio de registros no planejamento mensal, a partir do caderno pedagógico, seguindo as diretrizes do programa. O desenvolvimento do educando e as estratégias utilizadas são registradas com frequência no caderno pedagógico da **turma e em caderno específico**, nas etapas objetivos individuais, resultados observados, atividades e cronograma mensal, o que resulta em um relatório semestral, documento que será anexado no prontuário do educando e entregue aos responsáveis no final de cada semestre.

INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR

Os atendimentos da equipe multidisciplinar são realizados de forma coletiva, com até dois atendimentos semanais em sessões de 40 minutos. Coletivo com o alinhamento dos objetivos individuais entre todos os profissionais que fazem parte do programa. Também, consta no trabalho coletivo o compartilhamento de informações aos familiares quanto ao desenvolvimento do educando e as estratégias utilizadas, possibilitando a continuidade do trabalho em diferentes ambientes.

PARADA PEDAGÓGICA

A parada pedagógica acontece quinzenalmente, é destinada a estudos específicos sobre o serviço com base científica, buscar estratégias para desenvolvimento do trabalho pedagógico, trocas de conhecimentos entre coordenação pedagógica e professores, confecção de materiais adaptados, relatórios dos objetivos traçados no planejamento, avaliação das atividades realizadas e estudos de caso.

ENCAMINHAMENTO

No Programa de Educação Profissional o educando perpassa por três etapas do programa até ser encaminhado ao mercado de trabalho formal, são elas: Iniciação Para o Trabalho, Pré-Qualificação Profissional e Colocação no Trabalho. Também, pode ser encaminhado para serviços da comunidade obtendo acesso a rede socioassistencial e/ou receber orientações para aquisição de benefícios previstos em lei.

AFASTAMENTO

O afastamento do educando no atendimento pode ocorrer das seguintes formas:

- Por motivo de saúde, que comprometa a permanência do educando nos atendimentos, restabelecendo a situação o mesmo retorna as atividades;
- Pela falta de acompanhamento dos responsáveis quanto a proposta de atendimento do seu filho na APAE;
- Pelo comprometimento do quadro psiquiátrico grave, até que o mesmo esteja estável;
- Em casos de pediculose e escabiose para tratamento.
- Em caso de doenças infectocontagiosa e viral, para tratamento conforme orientação médica, retornando assim que saúde estiver restabelecida;
- Em caso de comportamentos inadequados como por exemplo: agressividade com intencionalidade e o uso de objetos perigosos para ameaça.

DESLIGAMENTO

O processo de desligamento no Programa de Educação Profissional pode acontecer por solicitação da família, transferência para outros serviços ou outra instituição, abandono, quando a família não segue as orientações da equipe técnica da APAE, não realizar a matrícula, após 05 faltas

consecutivas injustificadas e/ou ser encaminhado e permanecer no mercado de trabalho formal

22. AUTOGESTÃO E AUTODEFENSORIA

22.1 COMPREENDENDO A AUTOGESTÃO/AUTODEFESA

A autogestão é necessária à vida de todas as pessoas, tenham elas deficiência ou não. A autogestão permite que uma pessoa possa gerenciar todos os aspectos de sua vida, desde as habilidades básicas de alimentação, autocuidado, vestuário até a ampla defesa de seus direitos (autodefesa).

A autogestão é algo aprendido e depende, portanto, da oportunidade de vivenciar o ato de fazer escolhas, conhecendo as opções e as consequências de cada escolha. A autogestão, para ser aprendida e apreendida, depende, como em todos os processos educacionais, da mediação e do apoio de pessoas mais experientes.

A autodefesa é a etapa final da autogestão e permite ao cidadão a defesa de seus direitos gerais e específicos e ainda a defesa dos direitos dos grupos que representa. A autogestão possibilita às pessoas com deficiência assumirem o controle de suas próprias vidas, de modo a serem tratadas da mesma maneira que as outras pessoas de sua comunidade.

O programa de formação de auto gestores é de extrema importância para a cidadania das pessoas com deficiência. Historicamente, este grupo ficou, por muitos séculos, à margem de processos decisórios de suas próprias vidas e da vida da comunidade onde viviam. Sem a possibilidade de ser ouvido e de tomar decisões, este grupo não influenciou as decisões comunitárias e se tornou vulnerável às decisões que outros grupos tomavam em nome dele.

A inclusão social e educacional trouxe novas possibilidades e vivências para as pessoas com deficiência. Grupos que passaram a exercer pressão sobre suas comunidades, passaram a ser ouvidos, passaram a expressar o que pensavam e como desejavam viver a vida. A inclusão trouxe para a comunidade

uma nova visão das pessoas com deficiência. A imagem do coitado inútil vem sendo, aos poucos, substituída pela imagem de pessoas ativas, produtivas e com possibilidades, nunca antes imaginadas, de transpor desafios.

A autogestão é um portal que dá à comunidade o acesso a novos conceitos sobre as pessoas com deficiência e possibilita formar novos conceitos sobre si mesma e sobre formas de atuar na sociedade.

Todas as pessoas, em maior ou menor grau, podem aprender a fazer escolhas, a expressar pensamentos e desejos e a promover a defesa de seus direitos. As pessoas com deficiência também são capazes de desenvolver as habilidades de autogestão e autodefesa. Elas necessitam, portanto, que desde a infância, lhes sejam dadas oportunidades de expressão e escolhas, bem como as corretas noções de limites necessários à vida em sociedade.

Pessoas com deficiência preparadas para se comunicar, atuar, gerenciar suas vidas e defender seus direitos serão forças transformadoras da sociedade e criadoras de um modo de viver mais tolerante, mais pacífico e moralmente adequado. Autogestão é a apropriação de identidade pessoal e da singularidade para o desenvolvimento da autonomia que deriva desta.

Essas pessoas devem ter a oportunidade de escolha e o direito de gerenciar sua vida. A autogestão deve iniciar na família a partir da construção de hábitos, valores, interação física e social com o ambiente em que vive, possibilitando o conhecimento do mundo e de si mesmo.

Trabalhar a autogestão é permitir à pessoa com deficiência intelectual e múltipla associado ou não ao autismo, oportunidades de escolha e o direito de gerenciar vários aspectos de sua vida, desde as habilidades básicas de alimentação, autocuidado e vestuário.

Lembre-se sempre: a autogestão sempre antecede a autodefensoria.

22.2 AUTODEFENSORIA

A AUTODEFENSORIA no Movimento Apaeano vem se estruturando na medida em que as APAEs abrem espaço para a participação direta de seus

educandos, nas reuniões da Diretoria, motivando-os a se manifestarem sobre determinados assuntos de interesses dos demais colegas.

Assim, o Autodefensor é o educando da APAE, um representante do sexo masculino e outro feminino, eleitos pelos seus companheiros, juntamente com os seus adjuntos, com acento e voz em todas as Assembleias e reuniões da Diretoria e com a presença assegurada em todos os eventos oficiais promovidos pela entidade.

O Auto defensor tem a incumbência de defender os interesses das pessoas **com deficiência**, sugerindo ações que aperfeiçoem o seu atendimento e participação em todos os segmentos da sociedade. Como porta-voz dos seus companheiros, sua participação pode fazer uma diferença positiva e ajudar os demais membros da Diretoria a desenvolver habilidades no tratamento da pessoa **com deficiência**.

Não podemos esquecer em nenhum momento que a razão do trabalho das APAEs são as pessoas com deficiência e são elas as mais interessadas no funcionamento das instituições.

Não podemos continuar, em nossos esforços pró-cidadania plena, deixar de fazer uma autorreflexão muito séria, sem um pensamento despido de falsas interpretações, para admitir que na verdade, precisamos trabalhar com crianças, jovens e adultos com deficiência, com respeito e a atenção que merecem, auxiliando-os nos seus crescimentos.

A determinação de auxiliar essas pessoas a crescerem e vencer as barreiras do preconceito é a razão de ser do nosso trabalho diário.

22.3 FORMANDO PESSOAS PARA A AUTODEFESA

Todas as pessoas, independente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais, necessitam de apoio para aprenderem e se desenvolverem ao longo de suas vidas. As pessoas com deficiência precisam de apoios técnicos e educacionais para que possam desenvolver suas competências motoras, de

aprendizagem acadêmica, ocupacional e social. Necessitam de apoios familiares e sociais para que possam ser incentivados, desde a infância, a fazerem escolhas compatíveis com grupos da mesma faixa etária.

De modo geral, a formação para a autogestão deve se basear nas seguintes concepções:

A formação para a autogestão se inicia na infância e deve se fazer presente em toda a vida do indivíduo.

Apoiar para a autogestão significa ajudar a pessoa a tomar suas próprias decisões, começando com pequenas escolhas e pequenas decisões ainda na primeira infância.

Apoiar para a autogestão significa garantir oportunidades igualitárias de participação familiar, escolar, social e ocupacional.

O apoio deve ajudar a pessoa com deficiência a não se sentir à margem da dinâmica familiar, dos processos escolares e dos eventos e realizações comunitárias, incluindo o trabalho, arte, esportes, cultura e lazer.

O apoio deve valorizar a pessoa com seu perfil único e forma única de ser e agir, estimulando-a a expressar suas preferências, seus sonhos, seus desejos, seus talentos, etc...

O apoio deve possibilitar à pessoa com deficiência o conhecimento sobre suas limitações, sua deficiência e os recursos disponíveis para ajudá-la a se desenvolver.

Para saber tomar decisões, uma pessoa precisa experimentar e exercer a tomada de decisão, sabendo que tem escolhas e opções a fazer e que tais escolhas têm consequências diferentes.

Não espere que uma pessoa seja responsável pelas decisões que você tomou por ela. Somente se aprende a ser responsável pelas decisões quando se participa do processo que as definiu.

Uma pessoa com deficiência precisa, muitas vezes, de uma pessoa apoio para tomar decisões. Essa pessoa não deverá influenciar as decisões da pessoa com deficiência, mas deverá mostrar-lhe, de forma neutra, as opções e as consequências de cada opção.

Programas de desenvolvimento de auto gestores devem contemplar todos os apoios de que as pessoas com deficiência necessitam, incluindo os apoios humanos, técnicos e tecnológicos para ampliar ao máximo a funcionalidade e o potencial de ação dentro dos grupos sociais com os quais convive e interage.

O programa de formação de auto defensores deve instruir a pessoa com deficiência e seus familiares sobre seus direitos enquanto cidadãos e enquanto pessoas com deficiência e ainda sobre os meios de colocar esses direitos em prática.

O programa de formação de auto gestores deve trabalhar com as pessoas com deficiência e seus familiares a noção de futuro. É preciso que a pessoa com deficiência tenha metas a alcançar em sua vida e deseje lutar por elas.

Ser útil e ser parte integrante da família, da instituição e da sociedade é parte fundamental do programa de autogestão.

A construção da autogestão faz parte da vida de todas as pessoas, sem exceção. É um erro supor que as pessoas com deficiência não podem falar por si mesmas. Este é um processo que demanda tempo, apoio, paciência e persistência. É preciso que a pessoa com deficiência conheça a si mesma, perceba seus talentos e suas limitações, saiba pedir apoio e acredite em si mesma.

Para que o programa de autogestão seja efetivo é preciso que a família seja apoiada, pois as primeiras ações de autogestão ocorrerão no seio familiar.

A essência da autodefesa é a valorização da condição de humanidade das pessoas com deficiência. Para que ela ocorra é preciso caminhar em sentido inverso à segregação, à rotulação e à superproteção.

22.4 CONCEITO DE AUTODEFESA

A autodefesa ajuda as pessoas a assumirem o controle de suas próprias vidas, de modo a serem tratadas da mesma maneira que as demais pessoas de sua comunidade.

A autodefesa capacita as pessoas a falarem, a dizerem o que pensam, a fazerem escolhas, a se expressarem e ampliarem o seu nível de participação familiar, escolar e social. A autodefesa possibilita às pessoas a tomarem suas próprias decisões e fazerem escolhas sobre aspectos importantes de suas vidas em um determinado momento e contexto.

A autodefesa é algo aprendido e depende, portanto, de oportunidades, de mediação e apoio de pessoas mais experientes. É um processo que se inicia na infância e termina apenas com a morte do indivíduo.

Todas as pessoas, em maior ou menor grau, podem aprender a fazer escolhas, expressar pensamentos/desejos e promover a defesa de seus direitos. As pessoas com deficiência também são capazes de desenvolver habilidades necessárias à autodefesa. Mas necessitam, para tanto, que desde a infância, lhes sejam dadas as oportunidades de expressão/escolhas, bem como terem as corretas noções de limites necessários à vida em sociedade.

O fato de uma pessoa com deficiência **intelectual** levar mais tempo para aprender, não pode ser usado como desculpa para que o processo de autodefesa não ocorra.

A autodefensoria é o portal que dá acesso à defesa de direitos humanos e também dos direitos específicos da condição de ser uma pessoa com deficiência. É um processo de fundamental importância para a construção das sociedades inclusivas.

Pessoas com deficiências preparadas para falar, atuar e defender direitos serão forças transformadoras da antiga imagem de seres passivos e limitados em pessoas ativas e com potenciais.

Todas as habilidades que aprendemos durante todas as fases de nossas vidas são importantes para o processo de construção da autodefesa.

Assim, o desenvolvimento das habilidades de linguagem, socialização, motricidade, habilidades afetivas e de relacionamento aprendidas na infância são as primeiras oportunidades dadas à criança de ter instrumentos para conhecer a si mesma, o ambiente, interagir, escolher, aprender sobre limites e modificar a si e ao meio.

As habilidades acadêmicas ampliam as possibilidades e os circuitos de inter-relações. A criança, ao desenvolver habilidades de leitura, escrita, cálculos, conhecimentos gerais, históricos, geográficos, terá novas ferramentas com as quais poderá avaliar, escolher, perceber, relacionar e modificar a si e ao ambiente onde está inserida.

As habilidades funcionais e profissionais geram maior autonomia, criam possibilidades de uma vida independente, possibilitam cuidar de si e do ambiente, podendo ainda gerar renda para a família e para a sua auto-sustentação.

23. ORGANIZAÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO

CALENDÁRIO INSTITUCIONAL

O Calendário Institucional será elaborado de acordo com a legislação vigente, pela direção, juntamente com Coordenação Pedagógica e funcionários da instituição e apresentado para a comunidade institucional. No mesmo serão fixados os dias de atendimento, dias de trabalho institucional efetivo, dias de estudo, reuniões pedagógicas, bem como programação de eventos.

TRANSFERÊNCIA

A transferência é concedida e recebida em qualquer época do ano, por solicitação do responsável. Ao conceder a transferência, a instituição fornecerá a documentação comprobatória do atendimento realizado, no menor prazo possível. Ao receber a transferência, a APAE através da análise da documentação recebida e da avaliação psicológica e pedagógica, encaminhará para uma turma assim que tiver vaga na instituição. Pessoas vindas de transferência de outras APAEs terão prioridade no preenchimento da vaga quando houver.

FREQUÊNCIA

A frequência do educando está condicionada ao mínimo de 70% de frequência **aos atendimentos**, em relação ao cômputo total da carga horária em vigor. A carga horária anual é de aproximadamente 200 dias de atendimento e o registro da frequência caberá ao professor da turma.

Durante o ano letivo a instituição observará a infrequência do educando, tomando os procedimentos:

- Revisão de causas de caráter pedagógico que afastam os educandos **dos atendimentos**;
- Contato com as famílias para diagnóstico da causa da infrequência **na instituição** e busca de alternativas;
- Comunicação às autoridades competentes (Ministério Público e Conselho Tutelar), para providências cabíveis.

24. RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

INSTITUIÇÃO/ ÓRGÃO	NATUREZA DA INTERFACE	PERIODICIDADE
GERÊNCIA DE ED PMAC	Assessorias	Por demanda
CONSELHOS DE DIREITO	Reuniões/ Comissões	Mensais/quinzenais
POSTOS DE SAÚDE	Encaminhamentos	Por demanda
PESSOAS DA COMUNIDADE	Esclarecimento sobre o trabalho da APAE	Por demanda
VOLUNTÁRIOS	Anamnese para verificar qual local se encaixa o serviço voluntário	Por demanda

25. ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS

A APAE de Antônio Carlos através do Instituto Escola Viver Bem, presta atendimentos direto às pessoas com **transtornos do neurodesenvolvimento**, com deficiência intelectual e/ou Múltipla e com TEA, inserindo como parte fundamental no processo de habilitação e reabilitação desses sujeitos a FAMÍLIA. Para o tanto realiza por meio de ações da equipe multidisciplinar acompanhamento, orientação, suporte, acolhimento, apoio psicossocial, cuidando para que essa família entenda a importância do trabalho realizado e sinta-se parte dele.

Estratégias utilizadas:

TIPO DE ABORDAGEM	NATUREZA DA INTERFACE	PERIODICIDADE
--------------------------	------------------------------	----------------------

REUNIÃO GERAL DE PAIS	Repassar informações gerais sobre a APAE	Anual
ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO	Dependendo do contexto	Por demanda
VISITA DOMICILIAR	Conhecer a realidade vivenciada pela família e prestar orientações	Por demanda

26. LOCALIZAÇÃO

Nome: Instituto de Educação Especial “Escola Viver Bem”.

Endereço: Rua São Francisco nº 747

Estado: Santa Catarina Cidade: Antônio Carlos

CEP: 88180-000 [VER CEP](#)

Fone 48 32720715

27. ESTRUTURAS ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos do instituto provêm da contratação direta e amparada pela CLT. Apresenta um trabalho multidisciplinar, inter relacionando diversas áreas desde as de apoio até as áreas de atendimento direto à clientela da Instituição.

O instituto capacita seus profissionais utilizando-se de parcerias com outras instituições e através de recurso financeiro específico para capacitação.

Presidente: Zenaide Pelizzari - gestão 2023-2025

Diretora geral: Fabrícia Andreza Amorim Hoffmann

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Matutino: 07:30h às 11:30h

Vespertino: 13:00h às 17:00h

28. EQUIPE ADMINISTRATIVA

01 Secretária;

02 Auxiliares de Limpeza

01 Cozinheira

01 Inspetor de educandos

01 Segurança

01 Jardineiro

29. EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA

01 Assistente Social;

01 Psicóloga;

01 Fisioterapeuta;

01 Fonoaudiólogo;

02 Coordenadores Pedagógicos;

13 Professores de sala;

01 Professor de Arte;

01 Professor de Educação Física;

01 Professor de informática.

01 Musicoterapeuta;

30. ESTRUTURA FÍSICA

01 Secretaria

01 Hall Recepção

02 Entradas e Saídas

01 Almoxarifado

01 Sala de Coordenação

10 Banheiros

11 Salas de Aula

01 Lavanderia

01 Cozinha

01 Almojarifado

01 Depósito

01 Sala de Fisioterapia

01 Sala de Fonoaudiologia

01 Sala de Psicologia E Serviço Social

01 Sala de Voluntários

01 Parque

01 Sala dos Profissionais

01 Sala de Arte

01 Sala de Educação Física

01 Sala de Informática

01 Sala de Musicoterapia

01 Estacionamento

02 Carros

01 Estufa

31. PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

Adenide Maria Luz da Rosa
Adriana Lohn
Angelita Borges de Lima
Danielle Costa Rosa

Eva Medeiros
Elizangela Schwartz Schappo
Elizandra Aparecida Guedes
Fabrícia Andreza Amorim Hoffmann
Fernanda Cristine Vieira
Irene Coelho dos Santos
João Victor de Souza
Juliana Cristina S. de Aguiar da Silva
Juçara Braz da Silva
Kelly Cristina da Cruz Elias
Leonildo Sirineu Machado
Leticia de Oliveira Lopes
Leidiane da Cunha Koch
Lorena Costa
Lúcia Regina Ferreira Mousquer
Márcia Denise da Silva
Marizelma Petri Neis
Patricia Schutz
Ricardo Campos de Castro
Sabrina Guesser Petry
Scheila Suely Itso
Sinara Vieira de Quadro
Tiago Filipe Vick Coelho da Silva
Thiago Hoffmann Pereira
Ueslei de Lima Dela Justina
Vandeli Fatima da Silva Martins

32. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES, A.J.; MAILLOUX, Z. Influence of sensory integration procedures on language development. **American Journal of Occupational Therapy**, v. 35, n. 6, p. 383-390, 1981.

COSENZA, R. M.; GUERRA, L. R. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.

DA ROS, S. Z. **Pedagogia e mediação em Reuven Feuerstein**. Plexus Editora, 2002.

DOIDGE, N. **The brain that changes itself: Stories of personal triumph from the frontiers of brain science**. Penguin, 2007.

FEUERSTEIN, R.; FEUERSTEIN, R. S.; FALIK L. H. **Além da inteligência: aprendizagem mediada e a capacidade de mudança do cérebro**. Petrópolis: Vozes, 2014.

RON, R. R. D.. Aprendizagem mediada. **Rev Eletr Educ Tecnol SENAI-SP**, 2011.

SUPLINO, M. **Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental** - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA, 2005. p. : 21 cm. (Coleção de Estudos e Pesquisa na Área da Deficiência; v. 11).

WILLIAMS, L.C.A.; AIELLO, A.L.R – **Inventário Portage Operacionalizado: Intervenção com Famílias**. São Paulo: Memnon: 2001).